

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

TURMA CARLOS NELSON COUTINHO

VANDERLY SCARABELI

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO.

TANGARA DA SERRA - MT

2015

VANDERLY SCARABELI

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO

Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marilene Aparecida Coelho.

TANGARA DA SERRA - MT

2015

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção título de Bacharel em Serviço Social. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

VANDERLY SCARABELI

Monografia Apresentada em 18/11/2015

Prof.^a Dr.^a Marilene Aparecida Coelho

Presidente da banca/Orientadora

Escola de Serviço Social- UFRJ

Glaucia Lelis Alves

Membro da Banca

Escola de Serviço Social-UFRJ

Leile Silvia C. Teixeira

Membro da Banca

Escola de Serviço Social-UFRJ

Dedico a classe trabalhadora, como a única classe quem tem a necessidade e a possibilidade de propor e executar um projeto humanamente emancipador.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela ousadia em democratizar o latifúndio, produzir e socializar conhecimentos, realizar sonhos e por me proporcionar o tempo necessário para a elaboração deste trabalho.

Aos meus familiares, em especial, ao meu pai Jardes Scarabeli (in memoria), e minha mãe Adelaide Scarabeli, pelo exemplo cotidiano em defesa da vida e por suportar vinte e três anos de minha ausência devido a militância no MST.

A minha companheira de vida e de luta Eloísa Cerino, pelo carinho e cumplicidade, pelas correções ortográficas e por saber lidar com a saudade durante esses cinco anos.

A minha querida filha Valentina, que no decorrer desses cinco anos foi fonte de saudades e de estímulo, e continua me inspirando na luta pela transformação do mundo.

A Escola de Serviço Social por significar uma trincheira na defesa o Marxismo

A minha orientadora Marilene Coelho, que com simplicidade e sabedoria, soube me estimular a fazer esse trabalho.

Enfim, agradeço a todos e todas que de alguma maneira direta e indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

O tema de estudo deste trabalho de conclusão de curso é a Formação social brasileira e o agronegócio em Mato Grosso. O interesse em estudar esta temática advém da minha inserção como trabalhador rural em Mato Grosso e da minha atuação como militante há 23 anos no MST, sendo 20 anos nesse estado. Pretende-se com este estudo a aproximação das análises críticas que evidenciam as contradições e as mediações no processo de formação social no Brasil que determinaram a constituição do latifúndio e do agronegócio no Brasil, particularmente em Mato Grosso, e a simbiose entre os mesmos. Pressupõe-se que a análise da constituição do latifúndio e o desenvolvimento do agronegócio implica a necessidade de apreender as suas imbricações com o trabalho, com o meio ambiente e com o Estado. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental. Esse trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo contém a análise sobre a constituição do latifúndio, a dependência econômica e a modernização capitalista da agricultura brasileira. Busca-se identificar os aspectos históricos fundamentais e críticos sobre a formação do capitalismo brasileiro e suas relações com o capitalismo internacional. Expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento da agricultura e o latifúndio é o conteúdo abordado no segundo capítulo deste trabalho. Busca-se, neste capítulo, compreender o processo de concentração da propriedade da terra no estado de Mato Grosso em relação ao domínio territorial, a busca de riquezas minerais e a escravização dos povos indígenas. No terceiro capítulo aborda-se a relação entre o latifúndio e o agronegócio, e a necessidade de superação deste modo de produção fundado na exploração da força de trabalho. Neste sentido, analisa-se a função da pequena propriedade e das colônias agrícolas para desenvolvimento e expansão da fronteira agrícola capitalista, bem como as tendências e as contradições do agronegócio. Buscaremos compreender a disputa de projetos para o campo brasileiro destacando as lutas, resistências e o Programa de Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo evidencia o caráter destrutivo do latifúndio e do agronegócio em relação à força de trabalho e ao meio ambiente.

Palavras chave: Capitalismo. Reforma Agraria Latifúndio. Agronegócio.

ABSTRACT

The subject of this study is the Brazilian social formation and agribusiness in Mato Grosso. The interest in studying this theme comes from my insertion as a rural worker in Mato Grosso and from my work as a militant for 23 years in the MST, 20 years in this state. This study seeks to approach the critical analysis that shows the contradictions and mediations in the process of social formation in Brazil, which led to the foundation of landlordism and agribusiness in the country, particularly in Mato Grosso, and the symbiosis between them. It is assumed that the analysis of the installation of landlordism and the development of agribusiness implies the need to understand how they overlap with work, environment and state. The methodology used was a bibliographical and documentary research. This work is organized into three chapters. The first chapter comprehends the analysis of the constitution of large estates, economic dependence and the capitalist modernization of Brazilian agriculture. The aim is to identify the critical and historical aspects about the formation of Brazilian capitalism and its relation with international capitalism. The agricultural frontier's expansion, development of agriculture and landlordism are the topics discussed in the second chapter of this study. This chapter seeks to understand the process of land ownership concentration in Mato Grosso in relation to the territorial domain, the search for mineral wealth and the slavery of the native population. The third chapter deals with the relationship between landlordism and agribusiness, and the need to overcome this mode of production based on the exploitation of the workforce. Therefore, we analyze the purpose of small farms and agricultural colonies to the development and expansion of the capitalist agricultural frontier, as well as trends and contradictions of agribusiness. We seek to understand the dispute of projects for Brazilian countryside highlighting the struggles, resistances and the Programa de Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). The study proves the destructive character of landlordism and agribusiness in relation to the workforce and to the environment.

Keywords: Capitalism. Land Reform. Agricultural estate. Agribusiness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CAPÍTULO I - Constituição do latifúndio, dependência econômica e modernização capitalista da agricultura brasileira.	13
1.1 Constituição do latifúndio	13
1.2 A revolução burguesa e o latifúndio	20
1.3. O desenvolvimento do capitalismo no campo na contemporaneidade	40
2. CAPÍTULO II - Mato Grosso: ocupação, desenvolvimento da agricultura e o latifúndio.	49
2.1 A constituição do latifúndio em Mato Grosso	49
2.2 A política de ocupação e colonização do Governo Getúlio Vargas para Mato Grosso: “A marcha para o Oeste”	57
2.3 Mato Grosso no contexto da expansão da Fronteira Agrícola.....	62
2.4 O Agronegócio em Mato Grosso: história e significado	66
2.5 Dimensões territoriais, econômicas e políticas do agronegócio em Mato Grosso	70
3. Capítulo III - Agronegócio: Contradições e a necessidade de sua superação	81
3.1 A função das colônias Agrícolas para expansão do capitalismo	81
3.2 As contradições do agronegócio.	83
3.3 O agronegócio e o consumo de agrotóxicos.	87
3.4 Mato Grosso: monocultura, consumo de agrotóxicos e as consequências para a saúde humana e o ambiente	90
3.5 O papel da ciência na modernidade e a perspectiva de um campo livre de agrotóxicos.	93
3.6 Agronegócio: concentração da terra, trabalho escravo e assassinatos de trabalhadores	95
3.7 Reforma Agrária clássica e Reforma agrária popular.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso “descoberto” em 1716, pelos Bandeirantes que tinham entre seus objetivos à escravização dos indígenas e a extração mineral com a finalidade do fortalecimento econômico e político da colonização portuguesa, se manteve ao longo de sua existência, como um estado que vem cumprindo a função de garantir a acumulação para as empresas de capital nacional, especialmente as empresas transnacionais do agronegócio que submetem os povos originários e camponeses aos seus interesses.

Mato Grosso que pelo fato de ser o terceiro estado em dimensão geográfica do país, no qual coexistem três biomas: Cerrado, Pantanal e a Amazônia, gigantesco recurso hídrico, forte apoio estatal, além da classe trabalhadora, se desponta no ranking nacional como o campeão em monocultura da produção bovina (27 milhões de cabeças em 28 milhões de hectares), produção de soja (25,7 milhões de toneladas na safra de 2014 ocupando uma área de 8,2 milhões de hectares), produção de milho safrinha (16,3 milhões de toneladas numa uma área de 3,3 milhões de hectares) e algodão (2,2 milhões de toneladas em 600 mil hectares. (IMEA, 2014).

Somente estas quatro linhas de produção ocupam em torno de 40 milhões de hectares, enquanto que a produção de arroz no mesmo período teve uma queda de 10,9% em relação ao ano anterior, com uma produção de 54,2 mil toneladas, ocupando uma área de 443 mil hectares, bem como a produção de feijão, que mesmo com expansão de mil hectares, tinha previsão, segundo o IBGE, de produzir 10,3 mil toneladas numa área de 6,9 mil hectares. O predomínio da produção para exportação em detrimento da produção de alimentos de consumo básico faz com que 90% dos alimentos consumidos em Mato Grosso venham de outros estados brasileiros e a agricultura camponesa produza somente 8% dos alimentos.

O Estado de Mato Grosso se destaca também como campeão em consumo de agrotóxicos, tendo uma média de 50 litros por habitante ao ano. Ele destaca-se tam-

bém entre os campeões de concentração fundiária, onde os estabelecimentos acima de 2.500 há ocupam 61,57% das terras, sem falar no trabalho análogo à escravidão, do trabalho infantil (25 mil casos constatados no primeiro semestre de 2015), dos assassinatos e ameaças de morte, de despejos com extrema violência, etc.

A metodologia a ser utilizada é o materialismo histórico e dialético com base na obra de Netto (2011) *Introdução Ao Estudo do Método de Marx*. Netto (2011), ao comentar sobre o método de Marx afirma que “começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outros elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples”. (Netto, 2011,p. 42). Netto (2011), ao analisar o método do materialismo histórico-dialético, afirma que para Marx

“o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...] No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento” (Netto, 2011,p. 43).

Para desenvolver o trabalho foi realizado estudo bibliográfico e pesquisa documental. Destaca-se entre as bibliografias *A Revolução Burguesa no Brasil(2006)*, *Historia Econômica do Brasil(1970)*, *Questão Agraria no Brasil e Terra e Poder em Mato Grosso(2007)*. Entre as fontes documentais se destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística-IBGE. A pesquisa foi realizada ao longo de 2015, sendo mais intensa no primeiro trimestre e no início do segundo semestre.

Esse trabalho está organizado em três capítulos e tem por objetivo, analisar o agronegócio em Mato Grosso e sua relação com a concentração da terra, com o meio ambiente, com o estado e com o trabalho. Busca-se no primeiro capítulo identificar os aspectos históricos fundamentais e críticos sobre a formação do capitalismo brasileiro e suas relações com o capitalismo internacional, tendo como base as obras “*História Econômica do Brasil*”, (1970) de Caio Prado Junior, “*Desenvolvimento Econômico Brasileiro*”, (1997), de Argemiro J.Brum. “*A Revolução burguesa no*

Brasil” (2006) de Florestan Fernandes, além de “*Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*”, de Jacob Gorender, “*O campo brasileiro no final dos anos 1980*” de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e “*O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a Reforma Agrária*” de Jose Graziano da Silva, que fazem parte da coleção, “*A questão agrária no Brasil*”, (2013), organizado por João Pedro Stedille. Tais obras contribuem para a interpretação histórica do capitalismo brasileiro e sua atualidade, em especial, sua origem e seu desenvolvimento no campo.

O segundo capítulo deste trabalho buscará compreender o processo de concentração da propriedade da terra no estado de Mato Grosso, portanto faz-se necessário voltar ao período colonial e discutir três aspectos importantes para a constituição do Brasil colonial: o domínio territorial, a busca de riquezas minerais e a escravização dos povos indígenas. O latifúndio no estado do Mato Grosso é constitutivo e constituinte da formação sócio-histórica e econômica do Brasil e, neste capítulo, busca-se levantar e analisar algumas de suas particularidades. Os estudos sobre esta região do país indicam que a expansão da fronteira colonial seguiu o mesmo padrão de ocupação do que viria a ser o Brasil, ou seja, a expropriação dos recursos naturais e a expansão da grande propriedade da terra, seja por concessão, expropriação ou pela aplicação da lei de terras de 1850.

Este capítulo está organizado em três partes, sendo a constituição do latifúndio no Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola e o agronegócio em Mato Grosso. Para isso teremos como base as fontes bibliográficas, “*A Questão Agrária no Brasil*” (2013), volumes 6, 7 e 8, organizado por João Pedro Stedille, “*Terra e poder em Mato Grosso*”, (2007) de Gislaíne Moreno, “*O Capital e a devastação da Amazônia*” (2006), de Fiorelo Picoli, “*Modernização Dolorosa*” (1982), de Jose Graziano da Silva, “*História de Mato Grosso da ancestralidade aos dias atuais*” (2002), de Elizabeth Madureira Siqueira, além de pesquisas documentais como sites de notícias RED-NWS do periódico mato-grossense o Jornal Folha do Estado e entre as fontes documentais se destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística-IBGE. A pesquisa foi realizada ao longo de 2015, sendo mais intensa no primeiro trimestre e no início do segundo semestre.

No terceiro capítulo analisaremos a função da pequena propriedade e das colônias agrícolas para desenvolvimento e expansão da fronteira agrícola capitalista, bem como as tendências e as contradições do agronegócio. Buscaremos compreender a disputa de projetos para o campo brasileiro destacando as lutas, resistências e o Programa de Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para além das pesquisas documentais, a bibliografia a ser utilizada será *“A Dialética da Agroecologia”* (2014) de Luiz Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, *“Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”* (2015) organizado por Fernando Ferreira Carneiro, Raquel Maria Rigotto, Lia Giraldo da Silva Augusto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo, *“Sobre a Prática e Sobre a Contradição”* (2004) de Mao Tse-Tung e o *“Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra”* (2015), organizado por Inácio Werner e Michéle Sato.

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DO LATIFÚNDIO, DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

1.1 Constituição do latifúndio.

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, especialmente, entre os séculos XVI a XVIII, obrigou à nova classe a buscar novos territórios, com objetivo de expropriar os recursos naturais e humanos para o velho continente. A navegação dos mares foi o meio decisivo para o sucesso dos novos “descobrimientos”, sendo Portugal uma das potências e liderança desse processo. Para Prado Junior, (1970), os países colonizadores, neste caso Portugal, mantinham uma relação com os colonizados com a seguinte natureza e objetivos

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que organizarão a sociedade e a economia brasileira. (JUNIOR, 1970, p. 23).

Nesta mesma perspectiva de análise, sobre a expansão do capitalismo mercantil europeu, Argemiro J. Brum (1997), contextualiza esta fase afirmando que

a obtenção de riquezas e lucros para corte e os grupos dominantes foi o interesse básico que impulsionou suas ações. Em decorrência, as terras descobertas, sua economia e seus recursos naturais foram articulados em função das necessidades e demandas da Europa que, a partir de sua superioridade tecnológica, política e militar, conseguiu impor, em maior ou menor grau, seus interesses e sua dominação sobre as populações nativas. (BRUM, 1997, p. 117).

Mesmo com autorização papal para colonizar o que viria a ser o Brasil, um das potências concorrentes, a França, não reconhecia este direito e disputava com Portugal as novas terras. Segundo Caio Prado Junior (1970), a saída encontrada, mesmo com dificuldades, para defesa da colônia por um processo amplo e seguro, foi à ocupação efetiva pelo povoamento e colonização. Para ele, este plano teve seu impacto na organização da propriedade da terra. Prado Junior (1970) afirma ainda, que o plano consistia, em linhas gerais na seguinte forma da distribuição da terra

Dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecidos), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitânicas, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. (JUNIOR, 1970, p. 31/32).

Para Prado Junior (1970), esta forma de povoamento tendo como objetivo inicial a defesa da jovem colônia e posteriormente o cultivo para exportação da monocultura da cana-de-açúcar, foi motivo decisivo para a existência da grande propriedade fundiária.

[...] as doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas

de grandes senhores e latifundiários. [...] são, sobretudo estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. (JUNIOR, 1970, p. 32,33.)

Ao defender ainda que a grande propriedade fundiária, no Brasil, está diretamente ligada à monocultura, Prado Junior afirma que:

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo perecia. É fatal, portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior, como é regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico. (JUNIOR, 1970, p. 34).

Além de discorrer sobre organização da produção em grandes propriedades e tendo na monocultura sua principal forma de produzir para atender os interesses do mercado internacional, Prado Junior (1970), analisa como se dá as relações de trabalho na produção da monocultura da lavoura cafeeira no Brasil.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo “plantação” (*a plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural, trabalhada por escravos negros, substituído mais tarde, como veremos no outro capítulo, por trabalhadores assalariados. (JUNIOR, 1970, p.165/166).

Ainda sobre as relações de produção, Prado Junior afirma que a natureza da colônia brasileira

virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; invertera seus cabedais e recrutara a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organi-

zação puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (JUNIOR,1970, p.23).

Segundo Prado Junior (1970), a monocultura do café caracteriza a evolução econômica do Brasil por três quartos de séculos, concentrando nela quase todas riquezas do país. Devido ao significado da produção cafeeira no Brasil e sua repercussão internacional, o autor informa como se deu essa repercussão no contexto internacional

[...] O Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comercio internacional. A frase famosa, “o Brasil é o café”, pronunciada no parlamento do império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade. (JUNIOR, 1970, p.167).

Após aproximadamente, trezentos anos da primeira forma de distribuição de terras no Brasil, as capitanias hereditárias, foi promulgada, por Dom Pedro II, a primeira lei de terras, Nº 601 de 16 de Setembro de 1850, que significou a mercantilização e privatização das terras no Brasil. Brum (1997), assim descreve a referida lei e seus objetivos:

A partir de então, as terras públicas não seriam mais doadas. Quem pretendesse ser proprietário, precisava comprar a terra. Essa medida expressava principalmente os interesses dos proprietários das grandes fazendas de café, em expansão, que precisavam cada vez mais de braços, justamente no momento em que a escravidão recebia seu primeiro grande golpe (extinção do tráfico). O objetivo da medida era impedir ou retardar aos imigrantes pobres, o acesso à propriedade de terra, obrigando-os a aceitarem a condição de assalariados ou outras formas de subordinação aos fazendeiros de café pelo maior tempo possível. A lei trouxe também outra consequência nefasta: impediu na prática que os pobres em geral e os ex-escravos (quando da abolição) se tornassem proprietários de terra. Ficaram impedidos de criar condições para o trabalho autônomo e a emergência social. Com isso, manteve-se a discriminação e a exclusão. (BRUM, 1997, p. 158).

Outro aspecto estrutural de subordinação da economia brasileira aos interesses do capital internacional relaciona-se às raízes da formação econômica do Brasil e o seu lugar na divisão internacional do trabalho. Conforme Prado Junior (1970), a economia de exportação é uma característica que particulariza a formação da economia brasileira e o seu caráter dependente, demarcando a intervenção do capital estrangeiro e suas ações na agricultura e na indústria. A respeito desta questão afirma que

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já foi ampla e repetidamente analisado ao correr de todo este livro. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Esta é a circunstância principal que tornara o Brasil tão vulnerável a penetração do capital financeiro internacional quanto o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. (JUNIOR, 1970, p.270).

Prado Junior (1970) acrescenta que:

a penetração do capital financeiro no Brasil tem sua origem naqueles primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da independência, ao novo governo da jovem nação.(JUNIOR, 1970, p. 270).

Para Brum, (1997) o Império Português não tinha outro interesse com a sua mais recente colônia que não fosse à expropriação de todas as suas formas de riquezas. Toda política adotada pelo império estava na perspectiva dessa rapinagem e subordinação econômica, cultural. Neste sentido, Brum (1997, p. 126-127) afirma que

[...] a economia não se estruturou voltada para o atendimento das necessidades básicas da sociedade local em formação, mas prioritariamente em função do exterior. A sociedade não existia nem produzia para si, mas para os outros. Toda vida brasileira- econômica, social, política, cultural e psicológica, foi profundamente influenciada por essa condição colonial e pelo papel dela decorrente no contexto do império Português e do mundo. Essa situação se caracterizava, essencialmente, em todos os aspectos, pelo despojamento e alienação do próprio em benefício do alheio, ou, mais radicalmente, pela negação do ser próprio em benefício do ser dos outros. Uma situação comparável à do escravo. A metrópole era o sujeito; e a colônia o objeto de exploração em função da coroa e dos grupos econômicos dominantes que influenciava as decisões da Metrópole. E, nessa condição de submissão e despojamento, a sociedade brasileira atravessou os três primeiros séculos de sua existência.

Prado Junior (1970), apresenta as várias áreas de investimentos do capital financeiro na economia brasileira na segunda metade do século XIX, sendo que na agricultura, o investimento principal foi na valorização da cultura do café.

A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirara uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. (JUNIOR, 1970, p. 272).

O segundo setor de investimento foi o da especulação financeira. O capital financeiro aproveitou as oscilações cambiais e da instabilidade que caracterizou as finanças brasileiras para tirar maiores lucros. O instrumento para isto foi sobre tudo às agências, filiais e correspondentes dos grandes bancos internacionais estabelecidos no país, como afirma Junior, “*é em 1863 que se organiza o primeiro banco estrangeiro destinado a operar no Brasil, o London E Braziliam Bank*”. (p.273).

Já o terceiro setor preferido do capital internacional no Brasil, foram os empreendimentos industriais, em especial de serviços públicos, entre eles: estradas de

ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, e fornecimento de energia elétrica. Prado Junior (1970) analisa o imperialismo como uma fase do capitalismo para além da economia

Esta discriminação das atividades do capital financeiro internacional no Brasil é naturalmente sumaria é só exemplificativa. O Imperialismo em conjunto representa muito mais do que isto, porque não se define somente pela inversão ocasional de capital nesta ou naquela atividade. Ele forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, em que tais inversões não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobre tudo como conjunto. O Brasil não será mais que um dos elos da grande concorrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. Tais grupos são este punhado de gigantescos trustes que imperam respectivamente nos diferentes setores da economia contemporânea, e estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes. (JUNIOR, 1970, p. 277/278).

Para concluir suas afirmações sobre a dependência econômica e subordinação política do Brasil diante do imperialismo o autor sintetiza da seguinte forma

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele, são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. (JUNIOR, 1970, p. 279).

O Brasil se constitui como uma grande colônia latifundiária, sendo essa uma condição necessária para o desenvolvimento e consolidação do latifúndio capitalista baseado em grandes propriedades e com a produção da monocultura, inicialmente produzindo cana de açúcar e a monocultura cafeeira. A combinação da grande propriedade fundiária concedida para senhores e latifundiários colonizadores europeus,

com a produção da monocultura com certos produtos alimentícios de alto valor, usando a força de trabalho escravo, teve como objetivos atender os interesses dos países colonizadores e suas classes dominantes, para viabilizar a matéria prima necessária, seja para o emergente processo de industrialização ou para atender a crescente urbanização, seja para acumulação originária de capital no longo processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

A longa história de colonização do Brasil é caracterizada por um processo de produção para atender os interesses da nascente burguesia Europeia. Como afirma Brum (1997,p.126/127), *“a sociedade não existia e nem produzia para si, mas para os outros”*. A relação estabelecida pela metrópole com o Brasil, era de sujeito e objeto de exploração da coroa e da classe dominante que a influenciava. Esse processo de submissão e dependência ao capitalismo central produziu uma classe dominante no campo vinculada ideológica e organicamente aos interesses da burguesia internacional que se comportou de maneira violenta contra qualquer iniciativa que colocasse em risco esse pacto de classe, e nos conflitos intra-classes, não houve rupturas, sendo os acordos realizado “pelo alto”.

1.2. A revolução burguesa e o latifúndio.

Para abordarmos este tópico, buscaremos na obra “A revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes (2006), considerada um clássico sobre a formação social e o desenvolvimento do sociedade brasileira. Em seu prefácio, Martins (2006), afirma que *“A revolução Burguesa no Brasil é um livro que pode ser visto como último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes, sobre o destino histórico do país, aberto com a Revolução de 1930”* (2006, p.12). Para ele a obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, é produzida no contexto de crise do capitalismo brasileiro, que tem seu desfecho no golpe civil militar de 1964 e *“equivale, num certo sentido, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento em sociedades diferentes das sociedades da Europa”*. (2006, p.17).

Florestan Fernandes, intelectual, docente da Universidade de São Paulo (USP), e militante da causa socialista, nesta obra, se soma as reflexões sobre a formação social brasileira e trata do caráter dependente da economia brasileira, bem como da relação da aristocracia agrária na formação de uma burguesia brasileira antinacional, além do papel do estado na resolução das crises intra-burguesas e da intolerância da classe dominante frente às lutas da classe trabalhadora. O autor conceitua a revolução burguesa a partir das transformações em diversos aspectos estruturais e culturais numa determinada sociedade, afirmando que *“Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”*. (2006, p.239). Para ele, não houve um colapso da oligarquia e sim, um período de transição que viabilizou a revolução burguesa.

O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava ainda sob hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configuraria, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar - a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 1920) a “era senhorial” (ou antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes). (FERNANDES, 2006, p. 239)

Sobre a formação da burguesia brasileira, o autor considera que com exceção do que acontece fora do eixo Rio-São Paulo, o que caracteriza essa fase é o seu tom cinzento e morno, vacilante e com imensa frouxidão. Fernandes (2006), afirma ainda, que essa característica se expressa na ausência inicial de transformações profundas, face ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. Ao continuar criticando esse processo, afirma que o que houve na verdade, foi à formação de várias burguesias, ou melhor, segundo o autor, ilhas burguesas, que se formaram a partir das plantações e das cidades e passaram a ter no comércio, o meio onde tratam de seus interesses comuns. Para Fernandes 2006,

é dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, por que ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições de poder especificamente social e só usaram o estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (FERNANDES, 2006, p. 240).

Para Fernandes (2006), o efeito mais imediato dessa formação da burguesia brasileira é que ela não assume o papel de paladina da civilização ou da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa dos seus interesses de classe. Prossequindo suas afirmações críticas a respeito das particularidades da formação da burguesia, o autor descreve que não houve ruptura no processo transicional, entre a oligarquia rural e a constituição da burguesia no Brasil. Assim descreve:

a própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara a situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. [...] e sua ansiedade política ia mais à direção de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto, de aprofunda-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis. (FERNANDES, 2006, p. 241).

Fernandes (2006), em sua análise sobre os vínculos da burguesia com a oligarquia rural, demonstra que mesmo ela tendo divergências pontuais com a oligarquia, e às vezes se opondo a ela “*fazia dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político*”. (2006, p.241). Em sua percepção crítica a respeito das relações dessa burguesia com seus potenciais oponentes de classe, Fernandes não deixa dúvida quanto à forma autoritária dessa relação ao afirmar que

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910, em São Paulo, como puras “questões de polícia” ou, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas). (FERNANDES, 2006, p. 242)

Ao historicizar criticamente a passagem do século XIX para o século XX, o autor aborda todo o processo de industrialização que desenrola até a década de 1930, fazendo parte, segundo ele, da evolução interna do capitalismo competitivo. Informa ainda, que o eixo central dessa evolução estava no esquema de exportação e importação, montado sob égide da economia neocolonial. Para fundamentar sua posição Fernandes afirma que *“a influência modernizadora externa se amplia e se aprofundará; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para criação de uma economia capitalista competitiva satélite”* (2006, p .243).

Fernandes (2006), entende que essa relação com a influência modernizadora externa limita um salto histórico de maior vulto, por que os interesses da burguesia brasileira são convergentes com os interesses da burguesia internacional. Além dessa relação, o autor apresenta os métodos de dominação da burguesia interna:

A convergência de interesses burgueses internos e externos faziam da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta, vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico que ambos pretendiam e para o estilo de vida política posta em prática pelas elites (e que sirva de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2006, p. 243).

Sobre a evolução da dominação burguesa, o autor indica dois níveis de relação, sendo um nível para tratar das contradições intra-classe e outro para tratar com as massas populares de interesses antagônicos. A contradição entre a dominação autocrática burguesa se dava com as concepções liberais e republicanas, pois tornavam essa autocracia social e de fato um arranjo espúrio, conflitando com os valores ideais e com os requisitos formais da ordem existente. Como esse conflito fermentava no seio das classes dominantes, ele concorria poderosamente para minar a dominação burguesa e segundo Fernandes (2006), esse conflito cria uma efetiva “oposição dentro da ordem” e a “partir de cima”.

Com a eclosão do regime de classes, para ele, pulveriza os interesses das classes dominantes, não só entre as categorias da grande burguesia, mas ainda convertendo setores médios numa fonte de crescente pressão divergente. Fernandes (2006,p.244), analisa que *“ao mesmo tempo, ela ampliou os cenários dos conflitos potenciais, dando viabilidade a emergência de uma “oposição de baixo para cima” difícil de controlar e fácil de converter-se em “oposição contra a ordem”*. A relação da burguesia com a primeira contradição foi de acomodação de interesses.

Acomodaram-se de modo mais ou menos rápido a primeira diferenciação, que brotava no ápice da sociedade e podia ser tolerada como uma divergência intra-muros e que, no fundo, nascia de uma pressão natural para ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais” (FERNANDES, 2006, p. 244).

Para Fernandes (2006), a relação com a segunda contradição foi totalmente distinta

no entanto, viram os efeitos da segunda diferenciação como um desafio insuportável, como se ela contivesse uma demonstração lesa-majestade: as reservas de opressão e repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizados para solapa-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, “dentro da ordem”. (FERNANDES, 2006, p. 244).

E sintetiza da seguinte maneira, a consolidação da dominação burguesa

No conjunto, é preciso dar maior relevo ao segundo elemento da evolução apontada. Porque é nele, nesse entrelaçamento de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia--como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais)---logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa.[...]ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil. (FERNANDES, 2006, p. 245/246).

Para Fernandes (2006), não há dúvida quanto à participação decisiva da aristocracia agrária na formação da burguesia brasileira. Pois é essa aristocracia que detinha o poder econômico e político que viabilizou a transição, sem rupturas, para o mundo burguês no Brasil. Esclarece ainda, que aqui não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. Para o sociólogo, a questão central que se colocava entre a aristocracia e a nascente burguesia eram de como preservar as fontes de acumulação originárias de capital herdadas da colônia e do período neocolonial. O desafio para a classe que emergia era de como criar as condições propriamente modernas de acumulação de capital no sentido da expansão interna via comércio na perspectiva do capitalismo industrial. Nessa relação, não há um rompimento do novo com a velha forma de exploração e dominação, mas agem mutuamente para garantirem seus interesses de classes, como afirma o autor.

ai se fundiram, como vimos anteriormente, o “velho” e o “novo”, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no “mundo de negócios” e as elites dos imigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes.(FERNANDES, 2006, p. 247).

Descrevendo sobre a natureza da aristocracia agrária, Fernandes (2006), afirma que foi ela quem definiu o seu inimigo comum, sendo que no passado era o escravo, em sentido mitigado, o liberto, no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade. A burguesia brasileira teve, historicamente em sua formação, o caráter antidemocrático na relação com as massas populares, e um comportamento de acordos pelo alto para resolver suas crises. Nesta perspectiva o autor afirma que os espaços políticos sempre foram reservados aos setores dominantes da economia e da política nacional.

Para Fernandes (2006), houve dois caminhos clássicos para participação subordinada nos espaços políticos. O primeiro caminho foi à participação “de cima ou de dentro”, na forma de conflitos de facção, no seio das classes dominantes, considerando os setores intermediários como parte delas, ou por grau de parentesco ou lealdade e pelo consenso social. O segundo caminho, se dava pela “oposição consentida”, que só poderia envolver conflitos ou dissensões controláveis a partir de cima e de interesse diretos ou indiretos para as forças da ordem. Esses dois caminhos ou linhas que se mesclavam em várias direções, e tornavam, ao mesmo tempo, débeis e corruptas ou corruptíveis as forças de oposição democrática. Fernandes (2006), acredita que a formação da burguesia brasileira no tocante a construção de espaços para tomada de decisões políticas, produziu uma democracia restritiva aos interesses da grande massa da população.

ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e de aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de “uma revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentidos políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 249).

Após apresentar algumas das características da formação político cultural da burguesia brasileira, Fernandes (2006), trata de forma mais direta sobre a formação

do capitalismo brasileiro que, segundo ele, está intimamente vinculada a um processo de subordinação econômica e política aos países centrais do capitalismo. No processo de formação capitalista brasileiro, há uma relação que se articula entre a burguesia nativa e a burguesia externa. É através dessa relação e no enfrentamento à oposição dentro e fora da ordem que se constrói o capitalismo dependente, porém, complementar aos interesses das classes dominantes.

Ao analisar a natureza e as etapas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fernandes (2006) defende que o desenvolvimento desse sistema não segue, necessariamente, um padrão de caráter universal e invariável e que no “*caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo*” (FERNANDES, 2006, p. 261). O desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro, seja no período sob regime de trabalho escravo, seja, sob regime de trabalho livre, em nenhuma das suas três fases conseguiu impor:

1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista. 2º) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação. 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza. (FERNANDES, 2006, p.262).

Ao considerar o capitalismo numa perspectiva global, Fernandes (2006, p.263), descreve as fases do capitalismo brasileiro da seguinte maneira: “*a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista.*”. Sintetizando, cada uma das fases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ele afirma que a primeira fase, a eclosão do mercado capitalista moderno, é uma fase de transição neocolonial, se delimitando da abertura dos portos até meados ou a sexta década do século XIX.

Este precisava expandir-se em termos de tamanho, de diferenciação e de intensidade financeira, para tornar-se uma fonte de estímulos à constituição de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades socioeconômicas do setor urbano e às funções de saturação econômica que este devia preencher em relação às unidades escravistas, de trabalho livre ou semi-livre e mista da economia agrária. (FERNANDES, 2006, p.267).

O autor ao desenvolver sua análise sobre o capitalismo competitivo no Brasil evidencia ainda, a condição da aristocracia agrária.

No caso do Brasil, onde a aristocracia agrária tinha pleno controle econômico, social e político dos assuntos públicos e privados, esse esquema acarretava poucos dividendos políticos fatalmente negativos. Ele pressupunha uma fixação estática do eixo da economia interna, eternizando a produção primária exportadora. Mas essa era uma consequência que a aristocracia agrária não só aceitava como desejava com certo ardor. (FERNANDES, 2006, p. 274)

Em relação à fase monopolista do desenvolvimento capitalista brasileiro, dedica uma análise com maior profundidade.

A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente a “Revolução de 1964” (FERNANDES, 2006, p.264).

Descreve ainda, a formação de um mercado moderno no Brasil e sua relação dependente com os países centrais do capitalismo que disputavam a partilha do mundo: *“nações como Inglaterra, França e Alemanha, às quais começam a se juntar os Estados Unidos, voltavam seus olhos para as reservas de recursos e as potencialidades visíveis de um país continental como o Brasil”* (FERNANDES, 2006, 272) . Informa que estava entre os objetivos desses países a construção de uma economia

capitalista dependente nos trópicos. Para Fernandes (2006), o controle indireto exercido pelas potências centrais do capital na perspectiva da criação de uma economia subordinada, não eram suficientes, sendo necessárias medidas de controle do mercado interno mais eficiente.

Era preciso ir mais longe, implantando pelo menos, na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. (FERNANDES, 2006, p.273).

Na construção do mercado capitalista competitivo, o Brasil seguiu o caminho de um padrão de desenvolvimento econômico duplamente organizado e articulado. Para Fernandes (2006), esse modelo teve dois aspectos fundamentais. Primeiro internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial) e segundo, externamente, através da articulação do complexo econômico agrário exportador às economias capitalistas centrais.

Para o término da síntese sobre as características do mercado competitivo, Fernandes (2006), considera que apesar das inibições para formação desse mercado, como a tensão intramuros entre o setor arcaico e o setor moderno, que reduziam ou anulavam suas potencialidades dinâmicas tanto no nível organizatório quanto no evolutivo, as classes dominantes do período não foram capazes de romper com as potencialidades, pois as mesmas eram bastante fortes e assim as descreve:

- a) para provocar a emergência e sustentar a expansão gradual de formas de produção capitalista;
- b) para criar tendências constantes ou crescentes à industrialização e, mesmo, à diferenciação e a reintegração do parque industrial;
- c) para intensificar e acelerar as tendências à integração nacional do mercado interno (em suas múltiplas funções);
- d) para diluir e absorver barreiras que se interpunham entre as formas predominantes na produção agrária e na produção

industrial, pressionando no sentido de irradiar, da cidade para o campo, formas capitalistas de relações de trabalho, de mercado e de produção (de imediato, pela transformação da propriedade agrária e da organização do trabalho nas zonas de crescimento econômico acelerado ou de imigração e de agricultura comercial voltada para o mercado interno; a longo prazo, embora de maneira descontínua e oscilante, pela incorporação do trabalho agrícola, de criação ou mineração às relações de mercado). (FERNANDES, 2006, p.283).

Para o autor, todos os tipos de empresários que operavam no campo, sejam do café, da mineração ou da criação, orientado para dentro ou para fora, se submetem ao desenvolvimento do capitalismo competitivo e dependente. O motivo para tal submissão, é que *“o horizonte econômico de todos eles, foi conformado pela mesma ansiedade de aproveitar as vantagens diretas e imediatas abertas por uma economia competitiva articulada”* (FERNANDES, 2006, p.284). Prosseguindo em sua análise, Fernandes (2006), afirma ainda que, mesmo mais tarde, quando o desenvolvimento aparece em cena, não se questiona de maneira incisiva essa dupla articulação e entra em debate questões como a reforma agrária, o “entreguismo”, a remessa de lucros e o intervencionismo econômico do estado, sem que no essencial, a respeito da dupla articulação sofresse repúdio.

Fernandes (2006), continua analisando que na formação do capitalismo brasileiro não houve uma ruptura entre o arcaico e o moderno, mas sim uma relação de complementariedade: *“aceita-se como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital”* (2006, p.284). Ao discorrer sobre a terceira fase do capitalismo, o capital na era dos monopólios, ele afirma que o capitalismo monopolista começa alcançar sua primeira fase de clímax em conexão com a primeira guerra mundial.

Netto (2006), em sua obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, tratando da mesma questão, acredita que:

trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global

que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio imperialista. (NETTO, 2006, p. 19).

Fernandes (2006), afirma também que o capitalismo monopolista defronta-se com outro padrão de civilização alternativo ao capital, vejamos:

o advento do “socialismo num só país” não podia interferir nos dinamismos de sua expansão, nas economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia. Mas contribuiu para criar um elemento adicional de tensão (nos níveis econômico, cultural e político), pois o capitalismo mundial, como um todo, passou a defrontar-se, daí por diante, com a existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo. Essa tensão manifestou-se na forma de conflito e, apesar dos efeitos suasórios da nova política econômica, instituída por Lênin na Rússia, ela foi amplamente manipulada como fator de compressão e de concentração de poder pelas potências aliadas concorrendo para “acelerar a história” em favor do capitalismo monopolista. (FERNANDES, 2006, p.294).

A relação do capitalismo com a periferia, que transplantou essa nova fase do seu desenvolvimento econômico, constituiu um processo de maior complexidade e de maior dificuldade, em relação ao capitalismo em sua fase competitiva em sociedade, recém-egressas de situações coloniais ou neocoloniais. Fernandes (2006), chama atenção para os requisitos desse padrão de desenvolvimento econômico, que exige índices relativamente altos

de concentração demográfica, não só em cidades chave mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda per capita, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e a produção; de modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder do estado pela burguesia nativa, etc. (FERNANDES, 2006, p.295).

Para o Sociólogo, o desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia do sistema, consiste numa única estratégia generalizada viável que consistia na penetração segmentada, como técnica de ocupação do meio, de alocação de recursos materiais e humanos, ou do controle econômico.

foi através dessa técnica que as grandes corporações se instalaram e se expandiram nessa imensa parte da periferia, assumindo o controle parcial, mas em intensidade da exploração e da comercialização internacional de matérias primas, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno, das atividades financeiras, etc. (FERNANDES, 2006, p. 295).

As economias da periferia do sistema capitalista foram incorporadas ao império econômico das grandes corporações envolvidas. Essa incorporação tinha suas vantagens políticas e diplomáticas, já que as nações de países centrais do capitalismo não tinham a necessidade de arcar com o ônus decorrente de semelhantes técnicas de expansão econômica, embora essas nações tivessem como função a sustentação econômica, cultural e política e se aproveitassem da monopolização das vantagens dela decorrentes.

Vários fatores de ordem econômica e política concorrem para alterar essa situação, em seguida a crise de 1929, antes e depois da segunda guerra mundial. Para Fernandes (2006), os fatores são:

As próprias transformações recentes da economia, da estrutura urbana e da tecnologia das sociedades hegemônicas engendraram formas ultra destrutivas de utilização de matérias primas da periferia, as quais converteram, em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais. (FERNANDES, 2006, p. 296).

As consequências para as economias periféricas, ao se incorporar de forma dependente as economias centrais, são apresentadas pelo autor da seguinte maneira:

[...] ocorreu um deslocamento econômico das “fronteiras naturais” daquelas sociedades: as nações periféricas, como fontes de matéria prima essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporada a estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelo nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo. (FERNANDES, 2006, p.296).

Esse processo de incorporação da periferia, as contradições no próprio mundo capitalista, as lutas independentistas das colônias e as vitórias de perspectivas socialistas, fazem com que o capitalismo monopolista exerça maior controle sob o mundo periférico.

o fim da segunda guerra mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a Revolução Iugoslava, o advento das democracias populares, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para “o mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para expansão do capitalismo. (FERNANDES, 2006, p.297).

O controle da periferia exercido pelo capitalismo monopolista não é meramente econômico. As nações hegemônicas do capital precisavam de estabilidade política em suas colônias, nesta direção, Fernandes(2006), afirma que sem estabilidade política não há cooperação econômica. Para viabilizar a estabilidade política, o autor informa que foram desenvolvidos vários projetos de assistência, uns econômicos, financeiros e tecnológicos, outros educacionais, sindicais, de saúde pública, hospita-

lar e policial-militar. *“A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação de poder de decisão e de controle das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas”* (2006, p.298). É nesse sentido que foi garantida a estabilidade política, através das ditaduras militares, a repressão aos protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, inerentes a transição para o capitalismo monopolista.

Seguindo a orientação das nações hegemônicas, se desenvolveu no Brasil um processo de modernização com segurança, *“nesse sentido, a modernização visada sob o lema desenvolvimento com segurança, na lapidar formulação sintética descoberta nos Estados Unidos, dissocia-se do modelo de civilização imperantes nas nações hegemônicas”*. (FERNANDES, 2006, p.298). Para ele, o Brasil se relacionou com as potências hegemônicas do capital em sua fase monopolista de uma forma típica, com características próprias das nações subdesenvolvidas e dependentes.

Operando diretamente, por meio de filiais, ou mediante concessionárias, as grandes corporações surgem, aqui, quase simultaneamente ao seu aparecimento nas economias centrais, explorando segmentarmente uma vasta gama de objetivos especulativos: produção e fornecimento de energia elétrica; operação de serviços públicos (transportes por trem ou bondes; gás, telefones etc.); exportação de produtos agrícolas ou derivados industrializados, carnes, minérios etc.; produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno; loteamento de terrenos, construção de casas ou venda de terras para fins agrícolas; comércio interno, especialmente nas esferas em que se tornara típico de uma sociedade urbano-comercial de massas, em transição industrial; operações de créditos, de financiamento e bancárias; projetos de desenvolvimento agrícola ou urbano, em conexão com a iniciativa privada ou o poder público etc.(FERNANDES, 2006, p. 298/299).

Para o sociólogo, foi no final da primeira metade do século XX (segundo o autor, na segunda fase irreversível do capitalismo monopolista) que a economia brasileira se integra ao crescimento da economia monopolista, se transformado em um de seus polos, dependente, porém dinâmico. Destaca dois motivos fundamentais para que isso ocorra:

de um lado a “decisão externa” de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do país o esquema de organização e de crescimento econômico intrínseco à grande corporação. (FERNANDES, 2006, p. 299/300).

A burguesia internacional e a burguesia nativa aproveitaram muito bem as duas oportunidades criadas nesse contexto, porém é a partir do golpe militar de 1964 e sua consolidação, que há uma unificação estatal com a vontade empresarial, criando assim espaço de crescimento econômico de que necessitavam. A transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil teve o seguinte significado histórico-sociológico:

a burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas as pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala - a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista). Assim, a burguesia brasileira perdeu a sua “oportunidade histórica” porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo: a periferia, como um todo, atrasou-se em relação às economias centrais, que engolfaram em sua própria transformação. É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outras direções (dentro do capitalismo ou fora dele). (FERNANDES, 2006, p.304/305).

Fernandes (2006), analisa também os impactos da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no Brasil para além de seu significado sociológico, ou seja, analisa como essa fase do capitalismo provoca alterações nas relações entre as classes sociais.

[...] o espaço político, inerente a ordem legal existente, só continuou aberto, democrático e flexível para os membros e as elites das clas-

ses dominantes que se identificassem com os propósitos econômicos, sociais e políticos que polarizavam e dinamizavam, de modo consciente, agressivo e violento, a dominação burguesa na fase de transição (ainda em curso). (FERNANDES, 2006, p.320).

A transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, provocaram alterações no padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, impactando diretamente a luta de classes. As alterações na base econômica reorganizaram as classes no sentido produtivo e de suas relações conflituosas dos trabalhadores com a classe dominante. Fernandes(2006), afirma que

o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. (FERNANDES, 2006, p.324/325).

Ainda analisando sobre as reconfigurações das classes, Fernandes(2006), informa que as alterações não ocorreram somente na classe dominante, mas também na classe trabalhadora, *“simetricamente, o povo muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira”*. (FERNANDES,2006, p.325). Com a consolidação dos novos rumos do processo de industrialização, e o novo padrão de desenvolvimento capitalista, houve uma associação, fora do controle da burguesia, como afirma o autor *“a multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários”* (FERNANDES,2006, p.326).

Para Fernandes (2006), o desenvolvimento do capitalismo monopolista provocara mudanças profundas em três direções no conjunto da classe trabalhadora, sendo, na consciência de classe, de luta de classe e de solidariedade das classes operárias no Brasil. O autor conclui que enquanto houver capitalismo, haverá

luta de classes, já que esta é uma condição para manutenção ou para a superação da sociedade capitalista.

Ora, enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflitos de classes entre si. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam esse fato. (FERNANDES, 2006, p.323).

Ao formular uma análise sobre a formação do capitalismo no Brasil e sobre a formação de uma burguesia de origem oligarca e dependente do capitalismo internacional, Fernandes apresenta como esse processo se expressa no Estado. Para ele, o Estado foi construído para atender os interesses da burguesia brasileira e internacional, no sentido de ser funcional as grandes corporações privadas, para transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista, para combater suas próprias crises, bem como, ser funcional também no sentido antidemocrático e de dominação da classe trabalhadora.

Ele próprio iria absorver, nos níveis organizatório, tecnológico e político, o “modelo” da grande corporação capitalista, convertendo-se, com grande rapidez e flexibilidade, na espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista. Nesse sentido, se se pode falar nisso, ele é representativo de um “capitalismo de Estado” medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada e que pretende servir de elo ao florescimento das grandes corporações privadas (independentemente das origens de seus capitais e do seu impacto sobre a recomposição da dominação burguesa) e do capitalismo monopolista no Brasil (independentemente das eventuais “crises de soberania” decorrentes). Na verdade, a capacidade do Estado de atuar como esteio de uma maior ou menor identificação do capitalismo com alvos coletivos e nacionalistas constitui uma função do grau de identificação das classes possuidoras e de suas elites econômicas, militares e políticas com alvos dessa espécie. (FERNANDES, 2006, p.305).

Ao controlar a máquina estatal a burguesia funcionaliza o estado, para também, colocá-lo a serviço da revolução econômica no sentido da “captação da pou-

pança externa” e da “internacionalização” da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista. Para Fernandes, *“essa experiência histórica comprova que o Estado não tem e nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro”* (FERNANDES, 2006, p.306). A relação política e econômica de dependência da burguesia brasileira face às potências hegemônicas do capital, inviabilizou a formação de uma burguesia e de um estado com projeto nacional. Nessa perspectiva, Fernandes (2006) afirma que

o Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses da classe que ele representa. O “capitalismo de Estado”, que ele fomentou, cingiu às funções que a intervenção econômica e política estatal deveria preencher para que a irrupção do capitalismo monopolista se tornasse viável e irreversível. (FERNANDES, 2006, p.306).

O estado foi e é utilizado para superação das crises da dominação burguesa. Seja crise de natureza econômica ou política. No período estudado, início da década de 1960, Fernandes (2006), afirma que a crise do poder burguês aparece como uma crise de adaptação da dominação burguesa as condições econômicas que se criaram na época, tendo como causa significativa o desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora. Para elucidar teoricamente do ponto de vista sociológico de como a burguesia conseguiu superar essa crise, sem maiores alterações ou comoções mais profundas na ordem social existente, o autor identifica as linhas fundamentais dessa superação, permitindo assim, sugerir uma explicação aproximada para tal fenômeno. Fernandes (2006), afirma que os elementos basilares do processo são:

1) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial. 2) a capacidade de mobilização social e política da burguesia como classe possuidora e privilegiada. 3) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante. (FERNANDES, 2006, p.309).

Fernandes (2006), analisando ainda a função do Estado face a crise de dominação burguesa, destaca o caráter estratégico e extraordinário desse instrumento.

[...] quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe (para a preservação e a ampliação de privilégios econômicos; para a política econômica posta calculadamente a serviço do alargamento da base material do poder burguês; ou para ambas). (FERNANDES, 2006, p.311).

Para ele, o padrão de desenvolvimento do capitalismo em sua fase dos monopólios, está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes.

Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. No salto histórico descrito, mais uma vez a posição estratégica das classes dominantes e de suas elites permitiu que elas praticamente monopolizassem as vantagens diretas ou indiretas das transformações ocorridas e em processo. (FERNANDES, 2006, p. 324/325).

O processo de formação do capitalismo no Brasil, tem como natureza histórica, a dependência econômica e política, e a formação de uma burguesia que se constituiu como resultado das mutações sem rupturas com a oligarquia agrária e com a burguesia internacional, funcionalizou o Brasil como produtor de matéria prima para viabilizar, inicialmente, a acumulação originária, fez com que não fosse permitido pelas classes dominantes à realização da reforma agrária.

O que passa ocorrer no campo é o aumento da drenagem da população para as grandes cidades e para as metrópoles. Dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemáti-

ca, todas as formas de trabalho rural, são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro. (Fernandes, 2006, p.325).

Fernandes ao analisar criticamente os momentos de crises do capitalismo monopolista, indica que no caso de Cuba a saída da crise foi em direção ao socialismo, e que o Brasil, mesmo tendo dimensões continentais e de seu grande potencial de produtor de matéria prima, não pode ser considerado um caso à parte. *“Em suma, o capitalismo monopolista não poderá prevalecer se não for capaz de oferecer uma alternativa real em face ao socialismo. O que significa que a opção final caberá às maiorias silenciosas dos pobres e excluídos”* (FERNANDES,2006, p.316).

Após essa significativa análise de Fernandes, sobre a formação social brasileira, em particular, sobre as características fundamentais da burguesia brasileira e de suas relações de subordinação aos países centrais do capitalismo, bem como sua “face intolerante e antidemocrática”, se faz necessário aprofundarmos a origem e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Para esta análise teremos como base os autores Jacob Gorender, Jose Graziano da Silva e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (ano), entre outros intelectuais, que ao longo de suas trajetórias políticas e acadêmicas não mediram esforços para interpretar de forma crítica, histórica e dialética, o capitalismo, em sua origem e dinâmica no campo Brasileiro.

1.3. O desenvolvimento do capitalismo no campo na contemporaneidade.

Gorender (2013) em sua obra *“Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”*, afirma que existem várias interpretações a respeito da origem e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. O autor expôs sua interpretação a respeito do tema em uma conferência pronunciada no dia 13/07/79 na 31ª reunião do SBPC em Fortaleza/CE.

a gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumula-

ção do capital agrário (em vez de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado desse processo de gênese é o do adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, mão de obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados volantes). (GORENDER, 2013, p.43).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, tratando da mesma questão na coleção “*A Questão Agrária no Brasil*” (2013), acredita que o capitalismo não se desenvolve de forma linear e atribui também a renda da terra com fonte primária para seu surgimento.

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas. (OLIVEIRA, 2013, p.58).

Segundo Gorender (2013), o capitalismo tem origem e formação, na acepção dinâmica da palavra, ele nunca surge pronto e acabado. Cada processo de formação do capitalismo tem suas particularidades e não tem só um processo histórico. Para o autor, algumas condições são universais para dar origem ao sistema capitalista. As condições são as seguintes:

Em primeiro lugar uma acumulação originária de capital, o que constitui um processo pré-capitalista ou não capitalista de acumulação de meios de produção e de meios monetários, que se verifica fora do funcionamento especificamente próprio do modo de produção capitalista. A segunda condição essencial é a liberação de mão de obra de quaisquer vínculos jurídicos e patrimoniais, de quaisquer coações jurídicas e de quaisquer meios de produção, tornando-a uma força de trabalho completamente despossuída e apta a livre contratação assalariada com o capital. Por isso, o capitalismo é absolutamente incompatível com escravos e servos. Por fim, uma última condição que não é menos importante por ser citada por último: é necessário um de-

terminando nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que significa precipuamente a dissolução da economia natural e o incremento da divisão social do trabalho sob as condições da propriedade privada dos meios de produção, com a expansão consequente da produção de valores de uso que adquirem a forma de mercadoria. (GORENDER, 2013, p.24/25).

Gorender (2013), ao expor em específico sobre a formação do capitalismo, afirma existir várias teses a respeito da formação do mesmo, e se filia a seguinte:

a formação do capitalismo, inclusive no campo do Brasil, a partir do modo de produção escravista-colonial - eis, finalmente, uma nova e recente concepção. Aqui temos uma origem completamente diferente da europeia, contudo passível de explicação com o rigor da metodologia do materialismo histórico. Não será novidade se disser que me filio a essa última tese, a tese da origem do capitalismo brasileiro a partir do modo de produção escravista colonial. (GORENDER, 2013, p.26).

O autor informa que o escravismo no Brasil, teve particularidades em relação ao escravismo greco-romano: *“o escravismo no Brasil não era patriarcal, baseado com predominância na economia natural como a greco-romano, porém um escravismo colonial definitivamente dominado pelo setor mercantil”* (2013, p.270). Segundo ele, o fim do escravismo colonial não desembocou no modo de produção feudal, já que o setor fundamental, que dava vida ao escravismo colonial, era o setor mercantil:

não se pode pensar, nas circunstâncias brasileiras, que um escravismo colonial mercantil fosse evoluir no sentido do feudalismo que constituía uma economia, pelo menos no seu auge do florescimento, baseada na economia natural. (GORENDER, 2013, p.27/28).

O autor acredita que o capitalismo se desenvolveu no campo brasileiro por duas vias ou linhas históricas e afirma não ser sua a descoberta dessas duas linhas de desenvolvimento, porém faz questão de frisá-las:

a) a linha do latifúndio permeada de formas camponesas (plantagem ou latifúndio pecuário) que se transforma, com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista. b) a linha da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos), a qual, com a expansão geográfica e a intensificação dinâmica do mercado interno, aumenta seu grau de mercantilização e, por consequência, diminui seu grau de economia natural. (GORENDER, 2013, p.41).

Analisando a via latifundiária, Gorender (2013) nega a possibilidade de ter o Feudalismo no Brasil.

O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira via latifúndio não implica uma “purificação” do capitalismo, como pretendem os integracionistas. Pretensão teórica inspirada no afã de refutar o dualismo que forjou o esquema da oposição inconciliável entre formas arcaicas supostamente feudais ou semelhantes, ou semifeudais e um inocente capitalismo, incapaz, mas necessitado de eliminá-lo e, por isso, também supostamente favorável a uma reforma agrária. (GORENDER, 2013, p.42).

Ao analisar a burguesia e o problema agrário brasileiro, ele identifica um limite político estrutural para fazer a reforma agrária.

No Brasil o entrelaçamento entre o capital industrial e o capital agrário; o interesse da burguesia nacional, monopolista ou não monopolista, na especulação fundiária; a espoliação dos pequenos produtores via capital mercantil sob formas ainda frequentemente pré-capitalistas; o avassalamento de novas áreas de fronteiras agrícola pelo grande capital nacional e estrangeiro - tudo isso torna impensável que a burguesia brasileira tenha qualquer interesse numa reforma agrária feita para transformar a atual estrutura fundiária. O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira já se realiza por via que dispensa a reforma agrária, e constitui mera racionalização utópica conceber a reforma agrária para eliminar formas arcaicas de relações de produção e, “aperfeiçoar” o capitalismo brasileiro a fim de torná-lo compatível com a democracia. (GORENDER, 2013, p.49).

Sobre a via de desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na pequena exploração agrícola, Gorender (2013), comenta a respeito das dificuldades para se manter essa forma de produção, bem como a função que este tipo de agricultura cumpre para o capitalismo. Afirma ainda, que a partir de pesquisas empíricas se verifica a vitalidade dessa via de produção em pequena escala, em especial, na produção de alimentos que garante a maior parte do abastecimento de alimentos para a zona urbana.

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário, geralmente é vítima do capital usuário), é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamento técnico. Enfim, está desprovida de tudo que beneficia a grande propriedade latifundiária protegida pelo Estado. (GORENDER, 2013, p. 50).

Para Gorender (2013), a produção agropecuária via pequenas parcelas de terras cumpri a seguinte função para o capitalismo:

o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em seu conjunto, não pode dispensar o setor da pequena agropecuária familiar. Sem ele, os alimentos se tornariam ainda mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial. (GORENDER, 2013, p.51)

Na mesma perspectiva de análise, Silva (2006), em palestra realizada no Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Fevereiro de 1988, na cidade de Piracicaba - SP, analisando o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a perspectiva da Reforma Agrária, afirma que não se pode pensar a agricultura brasileira como nos anos de 1950 e 1960. Informa ainda, que no Brasil há uma diversidade de agriculturas, seja pela sua diferenciação regional no país, ou mesmo dentro de uma mesma região, pela inserção dos produtos ou

pelo tipo de articulação entre capitais. Ele defende que houve transformações estruturais na forma de se fazer agricultura:

a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. (SILVA, 2006, p.164).

Silva (2006), expôs duas características fundamentais desse processo. A primeira é que ele foi profundamente desigual, e até mesmo parcial, seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura e tipo de produtor. Uma segunda característica é que ele foi profundamente excludente, e poucos chegaram ao final do processo. O autor conclui que esse processo da passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais é uma corrida e explica.

O que estou dizendo é que nessa corrida nem todos partiram do mesmo ponto; partiram de pontos diferentes; alguns já estavam mais à frente do que outros e, pior do que isso, além de já partirem em vantagem, alguns partiram de moto, outros de avião, e alguns partiram a pé. Ao longo desse processo, desses 30 anos de caminhada, foi ficando pela estrada a grande maioria daqueles que partiram a pé, dos que partiram de tração animal, dos que partiram com o trabalho da família, dos que partiram sem crédito etc. etc. Ou seja, esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração de renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria. (SILVA, 2013, p. 165)

Indica ainda três tendências no desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira a partir da década de 1980.

A primeira tendência, é que na constituição desses complexos agroindustriais, começa a haver e se aprofundar uma integração entre capitais. Já não há mais capitais bancários, capitais industriais,

capitais agrários, senão que esses capitais começam já a se entrelaçar dentro da agricultura. (SILVA, 2013, p.165)

Uma das provas dessa fusão de capitais na agricultura é que os maiores bancos privados (Bradesco e Itaú) no Brasil se configuram entre os maiores proprietários de terras. O autor afirma também que as empresas industriais são proprietárias dos maiores blocos agroindustriais. Houve também uma crescente integração dos capitais na constituição de blocos de capitais no campo, *“de modo que, hoje, falar de burguesia agrária é, no mínimo, estar defasado em 20 anos na história. A burguesia agrária hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada inclusive com interesses profundamente imbricados entre si.”* (Silva, 2013, p.166).

A segunda tendência capitalista na agricultura é a redução do papel da pequena produção nesse processo.

A pequena produção, seja produção familiar ou produção camponesa, como vocês quiserem chamar, vem perdendo rapidamente, a partir dos anos de 1970, o seu espaço, quer seja como produtora de bens quer seja como reserva de mão de obra. (SILVA, 2013, p.166).

Silva (2013), afirma que o padrão alimentar da população brasileira vem se alterando e o processo de agroindustrialização do campo contribui para diminuir o significado da pequena produção no tocante ao consumo de produtos in natura.

As pesquisas de custos de vida mostram que quem alimenta o cidadão brasileiro não é mais a agricultura; é a indústria de produtos alimentícios. O brasileiro come macarrão, sardinha, ovo, ou seja, come produtos das agroindústrias, não come mais nada in natura, a não ser aqueles que tem facilidade de estar perto das feiras livres e, com alto poder aquisitivo, podem comer alguns legumes. (SILVA, 2013, p.167).

A terceira tendência começa a se definir mais claramente do início dos anos de 1980, seja pela crise, seja pela forte seca de 1978 a 1983 no nordeste ou ainda pela substituição de uma série de culturas na região centro-sul. É a redução da sazonalidade do trabalho temporário.

O que se observa a partir de 1982 e, mais especialmente, a partir de 1983 é uma redução desses picos de demanda da força de trabalho, seja pela substituição por culturas mais fortemente mecanizadas, seja pela introdução da mecanização em culturas que até então tinham graus muito menores de mecanização da colheita, por exemplo, o algodão e a cana; seja, ainda, por um processo interno de combinação de culturas em que se volta a contratar a mão de obra permanente em vários estabelecimentos agropecuários. O fato é que o trabalhador assalariado, boia-fria, clandestino, trabalhador assalariado temporário, tem hoje cada vez menos oportunidade de trabalho. (SILVA, 2013, p.168).

O autor expõe, a partir dessas três tendências de desenvolvimento do capitalismo no campo, sua opinião a respeito das possibilidades e limites para fazer a Reforma Agrária.

Minha posição é que a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo, não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 1980, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária, ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. A possibilidade de essa reforma agrária ser feita pela luta dos trabalhadores me parece prender-se exatamente a correlação de forças entre o conflito capital e o trabalho no campo brasileiro. (SILVA, 2013, p.169).

As tendências sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro indicada por Silva (2013), com exceção da redução do papel da pequena propriedade, tem se confirmado ao longo das últimas três décadas. Em relação a substituição dos complexos rurais pelos complexos agroindustriais, o agronegócio é a forma mais

acabada que confirma esta tendência. A agroindustrialização em algumas linhas de produção agropecuária é que particulariza nas últimas décadas, para não se falar da “revolução verde”, o avanço do capitalismo no campo. O capitalismo tem usado os métodos similares de produção da indústria para a produção no campo, como a generalização do trabalho assalariado, mesmo que convivendo com trabalho análogo a escravidão e o uso intensivo de tecnologias que conseqüentemente traz o aumento da produtividade do trabalho e da terra, bem como a fusão entre empresas.

Em relação a diminuição da necessidade da força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo no campo, essa tendência esta generalizada no capitalismo contemporâneo, haja visto o aumento da composição orgânica do capital. Só para exemplificar, uma colheitadeira de cana dispensa 80 trabalhadores. Sobre a redução do papel da pequena produção no âmbito da produção de alimentos, se faz necessário ter mais cuidado, pois, segundo Gorender, a pequena produção cumpre a função de contribuir para a redução do preço dos salários.

É possível afirmar que historicamente, a partir da análise dos autores e da luta cotidiana, que o Brasil tem cumprido uma função fundamental para reprodução do capitalismo internacional, seja no envio de matérias primas para os centros hegemônicos, seja na construção de uma relação política e econômica de subordinação aos centros hegemônicos do capital. Essa relação que traz consigo a super exploração do trabalho, inviabiliza também a realização de transformações sociais de perspectiva socialista, como é a questão da não realização da Reforma Agrária e a destinação dos recursos econômicos e naturais para atender as demandas do povo brasileiro, em especial, da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 2

MATO GROSSO: OCUPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E O LATIFÚNDIO.

2.1 A constituição do latifúndio no Mato Grosso.

Para Moreno, em sua obra “Terra e poder em Mato Grosso”, (2007), foi o movimento bandeirante, via o oeste, o responsável pela descoberta das minas de Coxipó e de Cuiabá, bem como pelo incremento do povoamento da região que estimulou o comércio e o abastecimento dessa zona aurífera, por meio das monções que, partindo do Rio Tietê (Porto Feliz), atingiram o Rio Cuiabá. Essa aquávia foi utilizada durante todo período colonial e constituiu-se, ao lado da estrada de terra, via Goiás, em elemento dinamizador das comunicações com o Centro-Oeste.

A caça ao índio foi uma atividade econômica praticada pelos bandeirantes paulistas. O trabalho principal dos bandeirantes era o de aprisionar índios não somente para utilizá-los nos seus trabalhos, mas, principalmente, para vendê-los como mão-de-obra para as capitanias que, tal como a de São Paulo. Esta capitania mantinha uma produção voltada para a comercialização interna, ao contrário do que ocorria com as capitanias nordestinas, que tinham na cana-de-açúcar, praticamente, seu único produto de exportação. Tratando da mesma questão, Siqueira (1990, p. 10) acredita que

As bandeiras, portanto, foram expedições de caráter mercantil que, para buscar o produto comercializável, atiravam-se pelos sertões, adentrando o território colonial português e rompendo a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas. Foi nesse processo que as terras de Mato Grosso foram palmilhadas, porém esta região só foi considerada importante, por parte da coroa portuguesa, após a descoberta do ouro.

No novo território, a invasão bandeirante é datada de 1718, quando o primeiro bandeirante Antônio Pires de Campos, atingiu o Rio Coxipó. Um ano depois aporta no mesmo rio o bandeirante Pascoal Moreira Cabral, que acaba fazendo a descoberta aurífera, marcando uma nova etapa de atividade nessa região. A caça aos índios ficou secundarizada, cedendo lugar as atividades mineradoras.

Os índios foram os primeiros habitantes do território Mato-grossense, os colonizadores encontraram diversas nações indígenas, entre elas, os Coxipones, Cruanez, Gregonez, Curiane, Poconés, Pupunés, Copemerins e etc. A resistência indígena no período foi marcada pelos ataques às monções que vinham de São Paulo e que iam das minas de Cuiabá. A reação de resistência dos indígenas, frente à colonização, fez com que os sertanistas e monçoeiros, apoiados pelas autoridades administrativas, desencadeassem um violento processo de guerra a esses povos, em especial, os agrupamentos dos índios Paiaguás e os Guaicuru.

Moreno (2007), informa que a população mineira era constituída basicamente por escravos, índios e negros. A autora afirma ainda, que a estrutura de poder em meados do século XVIII estava vinculado aos sítios auríferos.

durante a primeira metade do século XVIII, a estrutura de poder em Mato Grosso restringiu-se, portanto, aos sítios auríferos, fruto do próprio processo de expansão de fronteira implementado pelos bandeirantes paulistas. O centro de decisão, controle e fiscalização da produção irradiava da capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fazia parte (1719/1748). Uma vez comprovado o potencial aurífero da região, a coroa portuguesa utilizou-se de variados esquemas políticos administrativos para exercer o controle maior sobre as minas recém descobertas. Para tanto, necessitou enfraquecer as lideranças locais, até então exercidas por Pascoal Moreira Cabral, um dos descobridores das jazidas, assim como as dos “irmãos Leme” que detinham poder econômico e ascendência política sobre a população mineira, afora grande prestígio na cidade e capitania de São Paulo. (MORENO, 2007, p. 34).

Com o esgotamento das minas do Coxipó, a migração se deu em direção ao Rio Guaporé, onde foram encontrados veios auríferos de certa significação. O vale do Guaporé situava-se na fronteira da colônia portuguesa com o território espanhol.

Devido à ameaça de perda territorial, o governo lusitano, estrategicamente, desmembrou as minas Cuiabanas e as da região do Guaporé, da capitania de São Paulo, em 1748, ordenando que a sede do seu governo se estabelecesse as margens do Rio Guaporé, no limite das terras colonizadas pelos portugueses no oeste. Moreno (2007), lembra que o Tratado de Tordesilhas havia fixado os limites das terras pertencentes às duas coroas em 1494 e, até aquele momento, valia oficialmente como marco divisório.

É nesse contexto de disputa e defesa territorial que a capitania de Mato Grosso passa a cumprir outra função para coroa portuguesa. Segundo Moreno,

Á capitania de Mato Grosso caberia o papel de guardiã da fronteira oeste, uma vez que representava o “antemural da colônia”, cabendo-lhe garantir a posse do território através da fixação de população, considerando que o futuro Tratado de Madri (1750) já estava sendo negociado na Europa e estabelecia como princípio básico o “uti possidetis”, isto é, a posse pela ocupação. Dessa forma, foi erigida a sede da capitania de Mato Grosso no vale do Rio Guaporé, sob a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). Além de garantir o povoamento e a defesa militar daquela região, as terras situadas entre Cuiabá e a nova capital deveriam ser ocupadas, caracterizando domínio lusitano sobre elas. (MORENO, 2007, p. 34/35).

O período aurífero no Mato Grosso foi relativamente curto, provocando decadência e um novo reordenamento produtivo na região. A decadência da mineração ocorrida no final do século XVIII forçou um novo reordenamento das forças produtivas, e aqueles que detinham os meios de produção, ou seja, os latifundiários, mineiros e comerciantes, procuraram equilibrar-se diversificando sua produção através da inter complementariedade da economia.

[...] com isto, os latifundiários e os comerciantes conseguiram um enriquecimento individual destacando-se do conjunto da população. Militares e burocratas, que vieram em plena crise tentando implementar a política de fronteira, no momento da criação da Capitania de Mato Grosso alinharam-se aqueles, adquirindo prestígio através de patentes ou cargos. Unidos por interesses comuns esses grupos conseguiram adquirir um fortalecimento político que lhes garantiu o controle da capitania ao término do período colonial. (MORENO, 2007, p. 35).

Sobre a história e origem do nome do estado de Mato Grosso, Costa e Silva autor de diversos trabalhos sobre o Mato Grosso, busca na história da colonização dessa nova terra os diversos momentos das “descobertas” e os elementos que dão origem a esse estado. Em sua dedicação sobre esta história, produziu ao longo de sua vida, dezoito obras, que agora ganham o reforço da Trilogia Colonial Matogrossense. Para esse historiador e ex-Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso, onde atuou de fevereiro de 2008 a março de 2010, a origem do nome deste estado está vinculada ao processo de interiorização e expansão da colonização brasileira, que tinha como objetivos a busca da mão de obra escrava dos povos indígenas e a exploração mineral. Assim descreve Costa e Silva (2015)

Em 1734, estando já quase despovoada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, atrás dos índios Parecis, descobriram veio aurífero, o qual resolveram denominar de Minas do Mato Grosso, situadas nas margens do rio Galera, no vale do Guaporé.

Os Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade, escritos em 1754 pelo escrivão da Câmara dessa vila, Francisco Caetano Borges, citando o nome Mato Grosso, assim nos explicam:

Saiu da Vila do Cuiabá, Fernando Paes de Barros com seu irmão Artur Paes, naturais de Sorocaba, e sendo o gentio Pareci naquele tempo o mais procurado. [...] cursaram mais ao Poente delas com o mesmo intento, arranchando-se em um ribeirão que deságua no rio da Galera, o qual corre do Nascente a buscar o rio Guaporé, e aquele nasce nas fraldas da Serra chamada hoje a Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, da parte oriental, fazendo experiência de ouro, tiraram nele três quartos de uma oitava na era de 1734.

Dessa forma, ainda em 1754, vinte anos após descobertas as Minas do Mato Grosso, pela primeira vez o histórico dessas minas foi relatado num documento oficial, onde foi alocado o termo Mato Grosso, e identificado o local onde as mesmas se achavam. <http://www.chapadadosguimaraes.com.br/nomemt.htm>).

Costa e Silva (2015) informa que nos anais da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, não menciona o motivo pelo qual, os irmãos Paes de Barros colocaram o nome de Mato Grosso. O historiador afirma que foi José Gonçalves da Fonse-

ca, através de seu trabalho escrito por volta de 1780, que dá uma resposta definitiva sobre a origem do nome do estado de Mato Grosso:

[...] se determinaram atravessar a cordilheira das Gerais de oriente para poente; e como estas montanhas são escalvadas, logo que baixaram a planície da parte oposta aos campos dos Parecis (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram apelidando Mato Grosso; e este é o nome que ainda hoserva todo aquele distrito.
(<http://www.chapadadosguimaraes.com.br/nomemt.htm>).

Para Costa e Silva (2015) é esse registro que informa a origem do nome do estado de Mato Grosso.

Pelo que desse registro se depreende, o nome Mato Grosso é originário de uma grande extensão de sete léguas de mato alto, espesso, quase impenetrável, localizado nas margens do rio Galera, percorrido pela primeira vez em 1734 pelos irmãos Paes de Barros.
(<http://www.chapadadosguimaraes.com.br/nomemt.htm>)

O autor afirma que do ponto de vista institucional, o nome estado de Mato Grosso, veio a se confirmar no século XIX com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso e 1899 com a República, a denominação passou a Estado de Mato Grosso.

As Minas do Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias.
(<http://www.chapadadosguimaraes.com.br/nomemt.htm>).

Moreno (2007) apresenta como se constituiu de forma legal e através das manipulações jurídico-políticas a privatização e a concentração das terras públicas em Mato Grosso. Informa também como a ocupação do Oeste expressou-se no que é, a partir da segunda metade da década de 1970, o estado de Mato Grosso. Para ela, a legislação sobre o reordenamento fundiário de Mato Grosso foi orientada pela classe

dominante do período na perspectiva de constituir latifúndios a partir da legalização das terras públicas.

a história legal da terra em Mato Grosso mostra como se deu a passagem das terras do domínio público para o domínio privado, como as leis, que regulam o processo de aquisição de terras, serviram de mecanismos políticos para dar sustentação a uma política fundiária voltada a constituição da moderna propriedade territorial, de acordo com os interesses das classes que dominaram e comandaram o poder econômico e político no Estado, principalmente dos proprietários de terra, por muito tempo. (MORENO, 2007, p.63).

A concentração da terra em Mato Grosso estava subordinada a política da colonização portuguesa na perspectiva de atender seus interesses, bem como, no caráter privatista e mercantilista da primeira lei de terras, a lei de 1850. Moreno (2007), afirma que

em Mato Grosso, o incentivo a posse de grandes extensões de terras, através de privilégios e isenções da Coroa portuguesa, esteve ligado primordialmente a política colonialista de conquista e segurança do território. Posteriormente, aos surtos econômicos que o Estado vivenciou, sustentado na pecuária e na indústria extrativa da borracha, erva-mate e poaia. (MORENO, 2007, p. 63).

Em relação à lei de terras de 1850, a autora informa como essa lei provocou consequências na relação de compra e venda de terras, bem como na postura do Estado brasileiro.

com a promulgação da lei de terras em 1850 (Lei nº 601), ainda no império, o acesso à terra devoluta passou a ser regido por contrato de compra e venda, cessando definitivamente as concessões dadas em sesmarias e as posses livres de terras. O novo instituto jurídico impôs um novo reordenamento à apropriação privada da terra, imputando ao estado brasileiro prerrogativas para definir o processo de acesso e de regularização fundiária. (MORENO, 2007, p. 63-64).

Moreno (2007), informa que a partir da constituição de 1891, houve pequenas alterações na lei de terras de 1850. A autora afirma que as pequenas alterações provocaram grandes implicações no que se refere à questão fundiária para as recém

federações com a implantação do sistema federativo, os estados-membros passaram a ter domínio das terras devolutas “situadas em seus respectivos territórios”. (Art. 64, CF\ 1891).

Desde esta época as terras devolutas passaram do domínio dos Estados, cabendo lhes proceder ao reordenamento jurídico da propriedade. [...] nesse sentido, a passagem das terras devolutas do domínio da União para os Estados, ato que o governo provisório se opunha, representou um prêmio para as oligarquias regionais, mais especificamente os proprietários e grandes posseiros, que almejavam ver descentralizado o poder de decisão sobre o destino das terras devolutas. As classes dominantes nos Estados poderiam daí em diante influir mais diretamente na distribuição das terras, de acordo com os seus interesses econômicos e políticos (MORENO in SILVA, 2007, p. 64).

Moreno (2007), demonstra como a primeira constituição republicana influenciou a primeira lei de terras de Mato Grosso em 1892.

Manoel Jose Murinho, primeiro presidente constitucional do estado de Mato Grosso no período republicano, sancionou a primeira lei de terras estadual (nº. 20/11/1892), que dispunha sobre o processo de regularização fundiária, e a Lei nº 24 de 16 de Novembro do mesmo, criando a primeira “repartição públicas de terras”, a Diretoria de Obras Públicas, Terras Minas e Colonização, com sede na capital. (MORENO, 2007, p.65).

Para Moreno (2007), a primeira lei de terras do estado de Mato Grosso (Lei nº20) tinha como função a revalidação do processo de sesmarias, legitimação da posse e da venda das terras devolutas.

Foi regulamentada pelo decreto nº. 38 de 15 de Fevereiro de 1893, seguindo os princípios norteadores da Lei imperial de terras nº. 601/50 e de seu regulamento nº. 1318/54, no que se refere às questões de regularização da propriedade territorial e da política de mão-de-obra, que vieram atreladas a essas normas, conforme os objetivos a que se propunham, no período de transição do trabalho escravo para trabalho livre no país. (MORENO, 2007, p. 65).

A autora faz a seguinte crítica a tal lei:

observa-se que, norteados por essas diretrizes, os regulamentos estaduais trataram de dar garantias de regularização aos grandes possuidores de terras-sesmarias e posseiros- em situação irregular, assegurando também o direito de posse do terreno com cultura efetiva, aqueles caídos em comisso (MORENO, 2006, p.65).

Moreno (2007), indica ainda que desde os primeiros governos da Primeira República, a tendência da política fundiária apontava para concentração. Essa tendência à concentração da propriedade da terra em Mato Grosso se confirma a partir do governo Antônio Pedro Alves de Barros (1899/1902). A autora informa que nesse período foram concedidos 104 títulos provisórios, abrangendo 23.639, 512 hectares. No mesmo período, expediu-se 58 títulos definitivos abrangendo 125.749,50 hectares, sendo 85.834,50 hectares de excesso. Ou seja, 31,75% de área legal. Em se tratando das terras particulares, a configuração da formação do latifúndio fica mais evidente

com relação às terras particulares, ou seja, às posses, foram legitimados 201 títulos de domínio, abrangendo 3.051.280,75 hectares, sendo 2.942.559,5 de área legal e o restante excesso. A área média correspondia a 15.180,501 hectares de terras a cada título legalizado. O governo dava conta ainda de 344 autos aprovados, correspondentes a 5.765.967,3 hectares, sendo 1.437.159,3 de excesso de área. Isso representa uma área média de 16.761,532 há. Esses autos referiam-se à ultimação dos processos de medição e demarcação das terras devolutas já alienadas, como resultado de vendas ou legitimação de posses. (MORENO, 2006, p.69).

Enquanto o Estado viabilizava a formação do latifúndio, seja pela via de concessão pública de terras, seja pela legitimação das grandes posses, as formações das pequenas propriedades ficavam às margens da política governamental. Moreno (2007), afirma que

enquanto as vendas, concessões e legitimações incidiam sobre áreas gigantescas, as concessões gratuitas eram restringidas a lotes tendo em média 50 há. No período referido foram concedidas apenas 12, com um total de 625 há. Isso significava para um território que tinha aproximadamente 1.500.000 km² e uma população rarefeita, calculada pelo recenseamento de 1890 em 92.827 habitantes. (MORENO, 2007, p. 70).

Em relação a política governamental para a formação da pequena propriedade, a autora conclui afirmando:

portanto, a expansão da pequena propriedade, enquanto política fundiária, só fez parte dos discursos governamentais para justificar a consignação de verbas nos orçamentos para a construção de estradas e outras obras de infraestrutura, “tão necessária ao recebimento de imigrantes e a implantação de colônias agrícolas”. Serviu também para responder as pressões do Governo Federal que exigia uma participação dos Estados na “política de povoamento do solo brasileiro”. (MORENO, 2006, p. 73).

Moreno (2007) sintetiza o período de 1892 a 1930, afirmando que as terras públicas do estado de Mato Grosso passaram para o domínio particular através dos seguintes processos:

- Regularizações das concessões de sesmarias e legitimação das poses, normalmente, de grandes extensões.
- Concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares.
- Arrendamento e aforamento para a indústria extrativas de vegetais;
- Contrato de compra e venda de terras devolutas. (MORENO, 2007, p. 77).

E faz a seguinte conclusão a respeito da concentração fundiária de Mato Grosso:

o aparato jurídico político montado para permitir a regularização fundiária, o Estado favoreceu prioritariamente empresários capitalistas, proprietários individuais de terra e/ou detentores do poder. As possibilidades de acesso à terra pelos trabalhadores rurais menos favorecidos têm resultado muito mais das conquistas desta classe, alcançadas por meio dos movimentos sociais e da luta pela terra. A mediação do Estado, através de projetos de colonização ou de assentamento, tem-se colocado como necessária à acomodação e à regulação das relações de produção. (MORENO, 2007, p.229).

2.2 A política de ocupação e colonização do Governo Getúlio Vargas para Mato Grosso: “A marcha para o Oeste”.

Getúlio Vargas, gaúcho de São Borja, Estado Rio Grande do Rio Grande do Sul, assumiu o poder político no Brasil, tendo o seu primeiro mandato de 1930 a 1947. Vargas assumiu o governo representando a emergente burguesia industrial, porém, jamais rompeu com as oligarquias rurais. Moreno(2007,p. 230) afirma que a revolução de 1930 marcou a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano industrial, e o Estado substituiu a imigração estrangeira por uma “*política de colonização em proveito das populações nacionais*”. Como consequência da institucionalização pelo governo Vargas do processo de colonização, a expansão da fronteira agrícola chegou a alguns estados como o de Mato Grosso. Foi durante o governo Vargas que houve várias conquistas de direitos trabalhistas que se expressam na Consolidação das Leis Trabalhista-CLT. É também no seu governo que aconteceram diversas greves da classe operaria brasileira.

Para Moreno (2007), Vargas assumiu o poder num contexto de intensas mobilizações, e se caracterizou como um governo de perfil nacional desenvolvimentista.

os intensos movimentos civis e militares, que agitaram o Brasil na década de 20, convergiram para revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder. Estando o país sob os efeitos da crise internacional de 1929 e das intensas mobilizações sociais internas, Vargas procurou privilegiar um projeto nacional de desenvolvimento industrial baseado no fortalecimento do poder central e na ideologia do nacionalismo. (MORENO, 2007, p. 101).

É nesse contexto que as lutas dos trabalhadores no campo se intensificaram em defesa de uma reestruturação agrária no país, afirma a autora. Essas lutas tiveram como consequência e inovação a introdução de dispositivo regulando, na Constituição de 1934, a “função social da propriedade” e a desapropriação mediante “previa e justa indenização”. O dispositivo que tratava da função social da propriedade foi derrubado, segundo Moreno, pela Constituição de 1937.

De acordo com Oliveira (2002), a ocupação do Centro-Oeste teve início no final do século XVII, a partir dos primeiros fluxos migratórios, atraídos pela descoberta de ouro aluvial na região. Com o esgotamento das jazidas no final do século XVIII, iniciou-se uma fase de estagnação econômica, que deixou a região praticamente desabitada. Somente na década de 1930 houve incentivo oficial para o povoamento do Centro-Oeste através da chamada “Marcha para o Oeste”, criada pelo governo

Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação efetiva do Centro-Oeste. Um dos objetivos do governo Vargas era promover a integração do mercado nacional através da interiorização da economia. A ocupação do Centro-Oeste estava na perspectiva de povoamento dos “espaços vazios” e promover sua integração política. A política de colonização e da ocupação de “espaços vazios” teve uma relação na perspectiva de diversificar a agricultura. Assim descreve Moreno (2007

[...] Vargas procurou incentivar a expansão da pequena propriedade, sob o lema “Trabalho e Colonização”. O desenvolvimento econômico conforme objetivo nacionalista do governo, deveria ser tarefa comum a todos os seguimentos da sociedade: pequeno e grande produtores rurais, industriais, operários e governo. Iniciou-se assim, a “Marcha para o Oeste”, projeto assentado numa política de distribuição de terras a trabalhadores nacionais sem-terra e estrangeiros com experiência agrícola. Cabia a eles promover a conquista do interior do país, dentro de uma estratégia geopolítica de ocupação dos “espaços vazios”. (MORENO, 2007, p.101).

Pode-se afirmar, com base na obra de Moreno (2007), que duas medidas apontavam para expansão da pequena propriedade, no Centro-oeste e em especial no Mato Grosso. A primeira é o rompimento do arrendamento de um milhão de hectares da Companhia Mate Laranjeira. Esta companhia por mais de meio século teve o controle privado sobre essas terras e impôs relações de trabalho escravo, pois tinham sua própria milícia e cunhavam o dinheiro que corria em suas propriedades. Segundo a autora, Vargas transformou-a no Território Federal de Ponta Porã. Em seu lugar foi implantado, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. As colônias Agrícolas indicam a segunda medida em direção a “expansão” da pequena propriedade.

As colônias Agrícolas foram implantadas no final da década de 40 e na década de 50. “*Esta política, de um modo geral, foi bem recebida pelos grandes proprietários de terra, uma vez que suas propriedades ficaram protegidas de invasões pelos sem-terra, além de terem à sua disposição uma mão- de- obra “ordeira” e “produtiva”.* (MORENO, 2007, p.102). As colônias agrícolas deveriam ser implantadas em áreas desapropriadas e ao longo das margens das ferrovias, neste caso, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e das rodovias construídas e a serem construídas. Outro critério para implantar as colônias agrícolas era a adesão a um planejamento prévio, elaborado pela Comissão de Planejamento da Produção (CPP). Moreno

(2007, p.105) informa “que os colonos ficariam livres de qualquer despesa, inclusive do material necessário à exploração até receber o título definitivo que deveria ser emitido após cinco anos de domínio útil do lote”.

Colônias agrícolas Estaduais 1940/1978.

Nº	Colônias agrícolas	Município	Ano de criação	Área há	Nº Lotes U/R	Ano implantação	Titulação
1	Couto Magalhães	Pte. Branca /Riberãozinho	1940	28.491	593	1940-60	1960
2	Rio Paraíso	Poxoréo	1943	8.450	822	1952-60	1958
3	Pascoal Ramos	Cuiabá	1944	726	1062	1950-60	1960
4	Leonor	Cuiabá	1945	2.600	51	1945-70	1970
5	Fatima de S. Lourenço	Jaciara	1947	18.000	712	1948-60	1960
6	Ribeirão da Ponte	Cuiabá	1947	296	17	1948-60	1957
7	Retiro	Rosário Oeste	1947	2337	120	1950-60	1960
8	Paulista	Rondonópolis	1948	3212	130	1950-60	1955
9	Macacos (Campo Limpo)	Rondonópolis	1948	9171	327	1952-60	1952
10	Alto Coité	Poxoréo	1948	1794	780	1949-60	
11	Coronel Ponce	Cuiabá/ Dom Aquino Campo Verde	1948	867	40	1950-60	1966
12	Naboreiro	Rondonópolis	1949	8000	144	1950-60	1957
13	Jarudore	Poxoréo	1951	3600	141	1950-60	1957
14	Antônio João	Poconé	1952	2528	504	1950-60	1965
15	Lambari	Poxoréo	1952	3002	130	1950-60	1965
16	Rio Branco	Cáceres, Rio Branco, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal	1953	20000	9320	1955-70	1965
17	Jamaca (bo-caina)	Chapada dos Guimarães	1953	2573	141	1953-60	1960
18	Melgueira	Alto Paraguai	1953	3600	40	1950-60	-
19	Prata	Juscimeira	1956	618	20	1950-60	1965
20	Figueira	Poconé	1962	1257	130	1960-70	1965

21	Bauxi	Rosário Oeste	1963	4000	175	1960-70	-
22	Barroso (Entre Ri)	Dom Aquino	1965	3000	237	1966-70	1975
23	Vila Nova	Guiratinga	1965	997	27	1960-70	1978

(Moreno, 2006, p.125). Fonte: Internat/Codemat.

Observa-se que o tempo de implantação das 23 Colônias Agrícolas, entre a primeira até a titulação da última, demorou 38 anos. As 23 colônias somam 129.119 hectares de terra dividida em 15.663 lotes, fazendo com que a média de cada lote seja de 8,243 hectares. Supostamente foram assentadas 15.663 famílias num período de 38 anos. As colônias agrícolas não tinham por objetivo a desconcentração da propriedade da terra, mas de viabilizar a força de trabalho para o latifúndio e o comércio local.

Além do objetivo da ocupação dos “espaços vazios”, partes significativas das colônias agrícolas implantadas em Mato Grosso ocorreram no contexto das lutas pela Reforma Agrária, organizadas pelas Ligas camponesas.

alarmados com a situação do campo brasileiro e com a atuação das ligas Camponesas-“ pelos desmandos e desvarios de uma orientação defeituosa e malsã”, aproveitada por “ políticos oportunistas”, o governador pensava “ acalmar a tempestade que se inicia” com a destinação das terras devolutas exclusivamente a colonização oficial ou privada (Mato Grosso, Legislação1962). Nessa ocasião o Congresso Nacional já havia aprovado a lei que regulamentava o Art. 147 da Constituição Federal de 1946, definindo os casos de desapropriação por interesse social pelo decreto nº. 4.132 de 10/09/62 (Brasil. Legislação,1962). Portanto, a transformação das terras devolutas em reservas para colonização tinha como tática proteger a grande propriedade privada, livrando-a de possíveis invasões e de ser atingida pelo dispositivo constitucional. (MORENO,2007, p.127).

A ideologia dominante em relação a implantação das Colônias Agrícolas, fica evidente no programa para o setor fundiário do então governador do estado de Mato Grosso Fernando Correia da Costa,1961/1966.

É pensamento do atual governo, [...] transformar as poucas terras devolutas, ainda existentes, em colônias agrícolas na antecipação da reforma agraria, humana e cristã, evitando dessa maneira o enriquecimento de poucos afortunados, em detrimento de muitos que desejam realmente trabalha-las para sua subsistência e desenvolvimento da produção (MORENO, 2006, p.126-127).

Assim, a forma de expansão da fronteira agrícola no centro-oeste do país, no período de 1930 a 1960, ocorreu por meio da colonização dirigida, como uma política governamental e buscava o aumento da produção para atender as crescentes demandas do mercado interno e externo. A colonização não elimina o latifúndio, ao contrário o latifúndio é adensado com a absorção dos pequenos lotes de terras distribuídas neste processo.

2.3 Mato Grosso no contexto da expansão da Fronteira Agrícola.

Até o início da segunda metade da década de 1970, não havia divisão territorial em solo Mato-grossense. Somente a partir do final de 1977 que houve a divisão territorial através da lei complementar nº. 31 de 11 de Outubro de 1977, que dividiu em duas faixas territoriais o antigo Mato Grosso, criando assim o Estado do Mato Grosso do Sul e conservou o Norte do antigo território com a denominação histórica de Mato Grosso. *“Essa cisão territorial representou a concretização de lutas históricas pela divisão, impetradas por lideranças políticas residentes do Sul de Mato de Grosso, hoje estado de Mato Grosso do Sul”*. (SIQUEIRA, 2002, p. 208).

A luta pela divisão territorial durou em torno de um século entre as oligarquias do Sul e do Norte Mato-grossense. Foi no contexto da segunda década da ditadura militar que esta divisão se materializou, fruto da decisão do presidente Ernesto Geisel, imposta ao conjunto da população.

Para entendermos melhor o significado de fronteira agrícola, para além de questões geográfica, demográficas ou de divisão territorial, nos apoiamos em Silva (1982) que afirma

a fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Assim, uma região pode ser inexpressiva em termos de sua produção agrícola ou de área plantada, mas não ser fronteira no sentido que conceituamos aqui. (SILVA, 1982, p. 115).

A partir de 1950 redefiniu-se a política de ocupação e colonização de Mato Grosso *“visando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional” com a pretensão de absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras*

como também ocupar terras através da colonização privada. (CASTRO et al, 1994:72).

A partir de 1964, no governo militar, é dada nova orientação com relação à ocupação das terras. O Governo Federal, por meio de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios cujos proprietários são, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul. Para garantir e proporcionar infraestrutura básica e se desenvolver, o poder público criou órgãos específicos para apoiar tais atividades: o Banco da Amazônia S/A (BASA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), conforme aponta Cunha Galvão (2003, p. 4).

Para o estudioso da Amazônia Brasileira e Mato-grossense, o catarinense Picoli (2006), esses órgãos estatais nasceram com a função de viabilizar uma rede de transporte e comunicações, ordenar o povoamento e a colonização, incentivar a agricultura e a pecuária, fazer o reaparelhamento das indústrias existentes e a criação de novas, incentivar mecanismos para as exportações, dar condições sanitárias, além de educação e habitação. Picoli (2006) afirma ainda, que essas estratégias criaram mecanismos para garantir a concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocaram a região à disposição do mercado mundial. Segundo o autor, essas medidas concretiza o processo de ocupação da Amazônia e estava dentro da estratégia política e militar da ditadura, que tinha em seu discurso nacionalista “integrar para não entregar”. Dentro dessa perspectiva a Amazônia foi internacionalizada. Parece que ela foi entregue ao capital internacional, contrariando o próprio discurso da ditadura.

A partir da década de 1970 ocorreram dois tipos de colonização em Mato Grosso: a colonização oficial ou dirigida e a particular, sendo que esta última predominou no território mato-grossense como opção feita pelos órgãos governamentais estatais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e CODEMAT. Estes órgãos estavam incumbidos de promover e organizar a ocupação das terras devolutas estaduais e repassar a colonização da Amazônia Mato-grossense às companhias colonizadoras. As empresas e cooperativas que adquirissem áreas para implantar projetos de colonização “*recebiam do Estado à concessão para a venda dos*

lotes, ficando obrigadas a montar a infraestrutura básica para o assentamento dos colonos, sendo para isso favorecida por fundos públicos.” (MENDES, 2012 p.206).

Para Picoli (2006), houve três formas para aquisição de terras no Mato Grosso, especialmente na Amazônia Mato-grossense:

a primeira, através da compra das áreas de antigos posseiros ou proprietários; geralmente as ofertas eram feitas em dinheiro e à vista; a segunda, através da aquisição diretamente do governo federal e estadual, geralmente com a conivência de funcionários do departamento de terras que forneciam a quantidade de lotes dentro das limitações constitucionais até cobrir toda área cobijada pelo projeto econômico; terceira, através da indústria da grilagem, via crime organizado, que atuava impunemente na região, com um aparato que envolvia várias modalidades de fraudes, forjando escrituras e formando um verdadeiro aparato de documentos fraudulentos. (PICOLI, 2006, p.63).

Picoli (2006), ao concluir sua análise sobre os objetivos da colonização, seja privada ou pública, afirma que

os núcleos de colonização objetivaram atender aos interesses capitalista , tornando a terra apenas especulativa, nas mão de verdadeiros barões da terra na região. Em contrapartida, o Estado recebia apoio político para sustentar o projeto econômico da burguesia na região. (Picoli, 2006, p.57).

Para garantir a imposição do projeto de colonização e expansão da fronteira Agrícola, a ditadura civil-militar brasileira reprimiu todas as formas de resistência. Picoli (2006) informa que

para se proteger dos possíveis movimentos dos descontentes com a situação repressiva imposta pelos militares o comando da nação passou agir. As ligas e os sindicatos foram postos sob intervenção. Os líderes desses movimentos tinham que se esconder ou sair do país para não serem presos. (PICOLI, 2006, p.54).

A ação da ditadura civil- militar tinha entre os seus objetivos deixar que grileiros, fazendeiros, pistoleiros, agissem livremente na expropriação dos povos originários, bem como de posseiros. Picoli (2006) desenvolve, sobre a perspectiva marxis-

ta, uma análise em relação às diversas formas de exploração da força de trabalho na fase de expansão da fronteira agrícola, com ênfase no período pós-ditadura militar e centraliza sua leitura sobre a exploração da força de trabalho nos seguimentos latifundiários. O autor analisa o papel do Estado no período da ditadura de 1964 na elaboração da política salarial e sua função repressiva para fazer os trabalhadores aceitarem a superexploração do trabalho.

Para Picoli (2006), a força de trabalho para garantir a expansão do capital no estado de Mato Grosso, é em sua maioria de nordestinos e em menor proporção de sulistas e tem três procedências:

a primeira é oferecida nas próprias cidades planejadas, ou que está na agricultura e pronta para formar o exército industrial de reserva, que Marx chama de latente; a segunda de “peões rodados”, é formada por trabalhadores que já estão na região ou chegam para trabalhar não possuem vínculo local, e são também chamados de “flutuantes”; a terceira é importada de outras regiões do Brasil pelo capital organizado na produção, contratada para suprir as eventuais deficiências de força de trabalho, principalmente em determinadas épocas e locais específicos com falta de mão-de-obra. (PICOLI, 2006, p.97).

Sobre a relação de contratação dessa força de trabalho, o autor analisando Martins (1981), denuncia que são geralmente contratações clandestinas realizadas pelo “gato”, que providencia o pagamento de *hospedagem*, refeições e até mesmo dinheiro para compra de cigarros e bebidas. *“O peão contratado paga todas as despesas efetuadas por ele, como parte do adiantamento da empreitada, tendo que aceitar qualquer trabalho, pois já está na dependência de recursos financeiros para saldar sua dívida perante o hoteleiro ou pensionista”* (MARTINS, 1981, p.61, in PICOLI, 2006). E continua: *“É obrigado a aceitar qualquer tipo de trabalho que aparecer, pois, se isso não acontece, passa a ser visto como malandro e preguiçoso, e pode vir a ser enquadrado como inadimplente na forma da lei, devido ao poder dos grupos organizados na região”*. (PICOLI, 2006, p.99). Para Picoli (2006, p.99). *“a negociação é semelhante a um objeto qualquer, porém, uma mercadoria muito valiosa e o peão ficam depositados à espera de um agenciador de trabalho, alguém que esteja disposto a explora-lo”*.

O autor afirma que essa forma escrava da modernidade é o tratamento de regra e não de exceção dos que fazem a abertura das matas na Amazônia.

O processo de trabalho na abertura da floresta pode ser comparado ao ocorrido nos canaviais brasileiros no período colonial, diferenciando-se em um ponto fundamental: deve o trabalhador “livre de hoje” encontrar um capitalista disposto a consumi-lo no trabalho, em troca de sua subsistência. (PICOLI, 2006, p.99).

Picoli (2006) acredita que o Estado na ditadura de 1964, adotou uma política repressiva com as massas que se deslocaram para Mato Grosso e a Amazônia brasileira e ofereceu grandes incentivos fiscais e oportunidades aos grupos capitalistas organizados. Assim descreve o autor:

Através do planejamento e da violência do Estado, criaram-se as condições ideais para que a burguesia concretizasse seu projeto maior: a concentração e a acumulação capitalista, através das empresas nacionais e internacionais que optaram por expandir o modo de produção na Amazônia brasileira. (PICOLI, 2006, p.95).

Assim podemos afirmar que o processo de ocupação fundiária nesta região vinculou-se historicamente às necessidades do capital e suas bases encontram-se na superexploração da força do trabalho e na destruição do meio ambiente.

2.4 O Agronegócio em Mato Grosso: história e significado.

Para entender o agronegócio em Mato Grosso, se faz necessário buscar na história a sua função política e econômica, bem como o seu significado conceitual para em seguida compreender como essa forma de produção e de relações sociais se manifestam neste estado.

A origem do conceito agronegócio surge em meados do século XX nos Estados Unidos. Segundo Cavalcante (2008)

A noção de agronegócio foi formulada nos Estados Unidos pelos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957). Para eles, o agronegócio envolve um complexo de compra e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos acabados. Tal empreendimento ocorreu devido ao avanço técnico-científico, a disponibilidade de terras em grandes extensões naquele país. Além disso, essa grande produção em escala foi intensificada pela política de ajuda internacional dos Estados Unidos aos países arruinados pela Segunda Grande Guerra. Essa ajuda foi institucionalizada pela Lei 480 em 1954. Logo

após sua aprovação, um fluxo de alimentos sem precedentes foi destinado aos países europeus. Essa Lei previa o pagamento dos produtos em longo prazo e em juros baixos. Seu objetivo era a vinculação institucional com países que poderiam se integrar à organização político-econômica socialista. Essa ajuda internacional previa a importação de alimentos norte-americanos e a revenda em seus próprios países, procedimento que assegurou a absorção das mercadorias pelas classes mais abastardas. A Lei 480 só oficializou uma política que vinha ocorrendo desde o final da guerra por liderança do senador Herbert Hoover. (BURBACH e FLYNN,1982, apud, CAVALCANTE, 2008,p.93).

Para Silva (2013), em sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a Reforma Agrária no final da segunda metade da década de 1980, houve uma profunda alteração na forma de organizar a produção no campo

a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais [...] antes a agricultura produzia seus próprios adubos; hoje esses adubos são adquiridos de fora; antes a agricultura criava seus próprios animais de tração; hoje esses animais de tração foram substituídos pelos tratores. Então, é como se da agricultura daquele grande complexo rural fossem saindo partes dele e formando ramos da indústria, formando os complexos rurais. Hoje a gente fala do complexo soja, do complexo álcool ou do complexo canavieiro; enfim, vários complexos. Não podemos mais falar de agricultura de mercado externo, agricultura de mercado interno, por que cada um desses complexos é, ao mesmo tempo, exportador e importador; ao mesmo tempo, produz para o mercado externo e para o mercado interno. (SILVA, 2013, p.164).

Para Delgado (2013), a origem do conceito de agronegócio surge nos Estados Unidos com a nomenclatura inglesa de agrobusiness. Segundo o autor, essa nomenclatura foi utilizada em 1957 pelos americanos Davis e Goldberg, para designar, de forma puramente descritiva, as operações e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial realizado antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica e afirma que no Brasil o agronegócio significa

na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o

lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de estado. (DELGADO, 2013, p.64).

Para o economista, é necessário voltar na história da economia e da política brasileira, para perceber que as bases do que viria a ser o agronegócio, foi construída há pelo menos três décadas anteriores ao seu surgimento no Brasil.

a história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e a agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classe sociais no interior do aparelho do estado. (DELGADO, 2013, p.60/61).

Para autor, o agronegócio é uma resposta as crises do capital de 1982 e 1999 e, que toma força a partir dos anos 2000, porém, para ele, é no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso que as bases para o impulso do agronegócio foram criadas.

o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou o lançamento do agronegócio – se não como política estruturada, ao menos com algumas iniciativas que ao final convergiram: I) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transportes e corredores comerciais ao agronegócio; II) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), operando em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; III) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; IV) a mudança na política cambial que, ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômica perseguida; V) a provisão do crédito rural nos Planos de Safra, iniciado com o programa Moderfrota, é reativada e retomada com vigor no período 2003-2010. (DELGADO, 2013, p.64/65).

Para Delgado (2013), as medidas estatais para garantir o fortalecimento do agronegócio são completamente continuadas no primeiro governo Lula, com resultados macroeconômicos aparentemente imbatíveis.

Diante dos desafios impostos pelo avanço do capitalismo no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolveu, durante dois anos, debates com intelectuais de esquerda e com a sua base e militância, com o objetivo de entender essa reorganização da produção e das relações sociais no campo brasileiro, na perspectiva de construir uma estratégia política que apontasse para realização da Reforma Agrária.

Após dois anos de intensos debates acerca da ofensiva do capitalismo no campo brasileiro, o MST delibera o Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado por mais de 15 mil militantes em seu VI Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2014. Esse programa traz uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro a partir da virada do século XX e apreende o significado do agronegócio frente à luta pela Reforma Agrária e sua função no contexto neoliberal. Além dessa análise, o Programa Agrário apresenta a Reforma Agrária Popular como condição estratégica e transitoria para fazer as mudanças necessárias no Brasil, em especial, no campo brasileiro. A Reforma Agrária Popular será objeto de análise no terceiro capítulo deste trabalho.

O Programa Agrário do MST, além de conceituar o que é o agronegócio, enfatiza que esse projeto de produção desfecha sua ofensiva no contexto de avanço do neoliberalismo no Brasil na virada do século passado.

A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na década de 2000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930-80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo. Agora, é um modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro, que passa acumular a riqueza do campo. (PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.29).

A análise do Programa Agrário destaca que o agronegócio é uma resposta a crise estrutural do capitalismo financeiro, em particular a partir da crise de 2008,

com a crise do capitalismo, a partir de 2008 percebeu-se uma ofensiva de entrada de capital estrangeiro, tanto do capital financeiro como do fictício, que migrou do hemisfério norte para o hemisfério sul. Esses capitais foram investidos na agricultura, na apropriação privada da natureza (terras, águas, hidrelétricas, fontes de energia, minérios, usinas de etanol) bem como no controle de commodities (soja, milho, laranja, cacau, aves, suínos, carne bovina, etc.). (PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.10/11).

O MST através de seu Programa Agrário afirma que mesmo com a mudança de governos a partir de 2003, o modelo macroeconômico não se alterou e o agronegócio ampliou sua força política, econômica e ideológica: *“o governo manteve o superávit primário no orçamento da união, como forma de garantir o pagamento de juros da dívida interna, e não teve o controle do câmbio”*. (PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.11). O Programa Agrário conceitua que o agronegócio é *“esse modelo de produção agrícola que foi massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo e passou a denominar-se como modelo do agronegócio. Tornar a agricultura como negócio para acumulação de riqueza e de renda sobre o controle do grande capital”*. (PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.10).

2.5 Dimensões territoriais, econômicas e políticas do agronegócio em Mato Grosso.

O avanço do agronegócio em direção ao Centro-Oeste, em especial para Mato Grosso, na virada do século XX, foi motivado por um conjunto de fatores políticos, econômicos, vinculados às condições “naturais” e à possibilidade da superexploração da força de trabalho. Entre esses fatores podemos destacar que Mato Grosso é o terceiro estado da união em dimensão territorial, com noventa milhões de hectares de terra. Mato Grosso tinha, e ainda tem, uma vasta extensão de terras não incorporadas ao capitalismo, seja por ser terras públicas, de povos originários ou de comunidades tradicionais, ou mesmo grandes extensões de terras cobertos pelos biomas do cerrado em (35%), da Floresta amazônica em (54%) , e do Pantanal (11%), onde se cria gado de forma extensiva.

Mapa dos biomas do MT

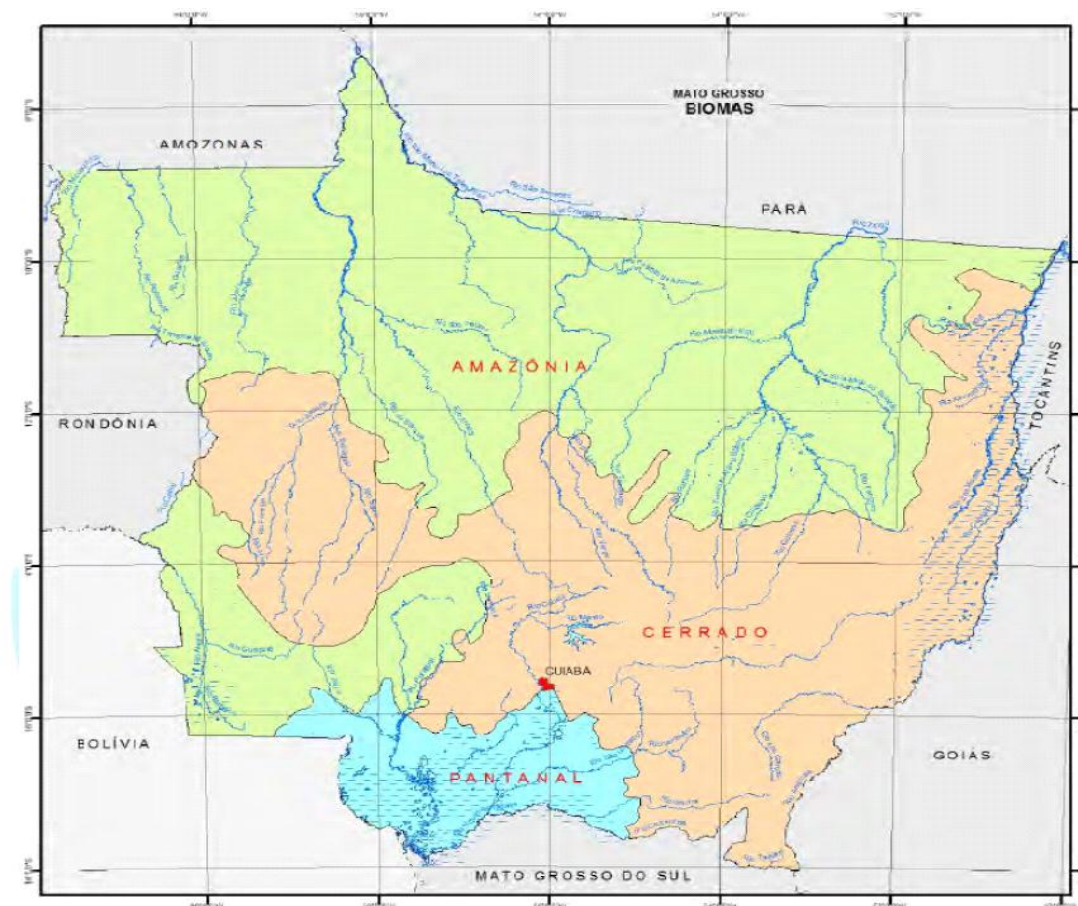


Tabela 10 - Área Remanescente florestal acumulada por Bioma até 2011.

BIOMA	ÁREA TOTAL BIOMA (HA)	ÁREA REMANESCENTE (HA)	% ÁREA ABERTA
Amazônia	48.099.194,688	30.901.137,63	64,24%
Cerrado	35.984.775,497	18.963.839,31	52,70%
Pantanal	6.110.286,550	4.628.409,76	75,75%
Total	90.194.256,735	54.493.386,69	60,42%

Fonte: Mapa de Biomas do Brasil 1:5.000.000- IBGE, 2004.

Fonte: (Dorival Gonçalves Junior,2014).

Do ponto de vista político, coube ao Estado, além de viabilizar o arcabouço jurídico para proteger os interesses dominantes, atuar na garantia de transferência de recursos públicos via investimentos, através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhido da poupança nacional depositadas nos bancos. O Estado também viabiliza a infraestrutura necessária para escoar a produção, como a construção da

ferrovia Norte Sul que liga Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, a construção e adequação das rodovias e a parceria com o governo Chinês, para escoar a produção através de uma ferrovia a ser construída que exportará a produção via oceano pacífico. Ressalta-se, ainda, que cabe ao Estado viabilizar todo aparato coercitivo para proteger a grande propriedade.

Como consequência dessas potencialidades naturais e dos incentivos estatais, Mato Grosso passou a liderar as exportações do agronegócio no Brasil. Para exemplificar, Mato Grosso liderou as exportações do agronegócio no mês de abril de 2014 quando comercializou com outros países um total de US\$ 1,93 bilhão, o que representa mais de R\$ 4,2 bilhões. Estes dados foram divulgados pelo Ministério da Agricultura (Mapa), (REDNWS, Abril de 2014).

Segundo o site de notícias RDNWS, tendo como fonte o Ministério da Agricultura, Mato Grosso continua se destacando no ranking como exportador.

Conforme dados do mapa, em 2013, os cinco estados alcançaram US\$ 70,20 bilhões em vendas externas: São Paulo exportou US\$ 20,78 bilhões; Mato Grosso alcançou US\$ 15,49 bilhões; Paraná comercializou US\$ 13,55 bilhões; Rio Grande do Sul atingiu US\$ 13,05 bilhões e Minas Gerais somou US\$7,34 bilhões. (REDNWS, 24/11/14).

De 2002 a 2012, Mato Grosso quadruplicou o Produto Interno Bruto (PIB), ao passar de R\$ 20,94 bilhões para R\$ 80,83 bilhões, conforme dados apresentados recentemente pelo IBGE (2013). O incremento relativo é de 285,98% no período, atrás apenas da expansão registrada no Espírito Santo, 301,13%, cujo saldo variou de R\$ 26,75 bilhões para R\$ 107,32 bilhões. No país, o crescimento foi de quase 98%, com o total da riqueza interna passando de R\$ 1,47 trilhão para R\$ 4,39 trilhões.

Ao avaliar este período, REDNWS (2012) informa que o maior salto do PIB ocorreu de 2010 para 2011, quando se adicionou mais de R\$ 11,81 bilhões ao saldo, que passou de R\$ 59,60 bilhões para R\$ 71,41 bilhões. Esse ganho se explica pela retomada do vigor estadual capitaneado pelo agronegócio e pelo segmento de serviços (setor que se move principalmente pelos dividendos gerados pelo campo), após

a crise de liquidez nos Estados Unidos. A recuperação da economia mundial, após 2008, ampliou as demandas por alimentos e o estado voltou à cena como um importante exportador. O site de notícias RDNWS (2012), informa a renda per capita Mato-grossense: *“PIB de R\$ 80,83 bilhões e população de pouco mais de 3,11 milhões de habitantes, Mato Grosso tem a 2ª da região e a 6ª maior renda per capita do país, com R\$ 25,94 mil, acima dos R\$ 22,64 da média nacional”*.

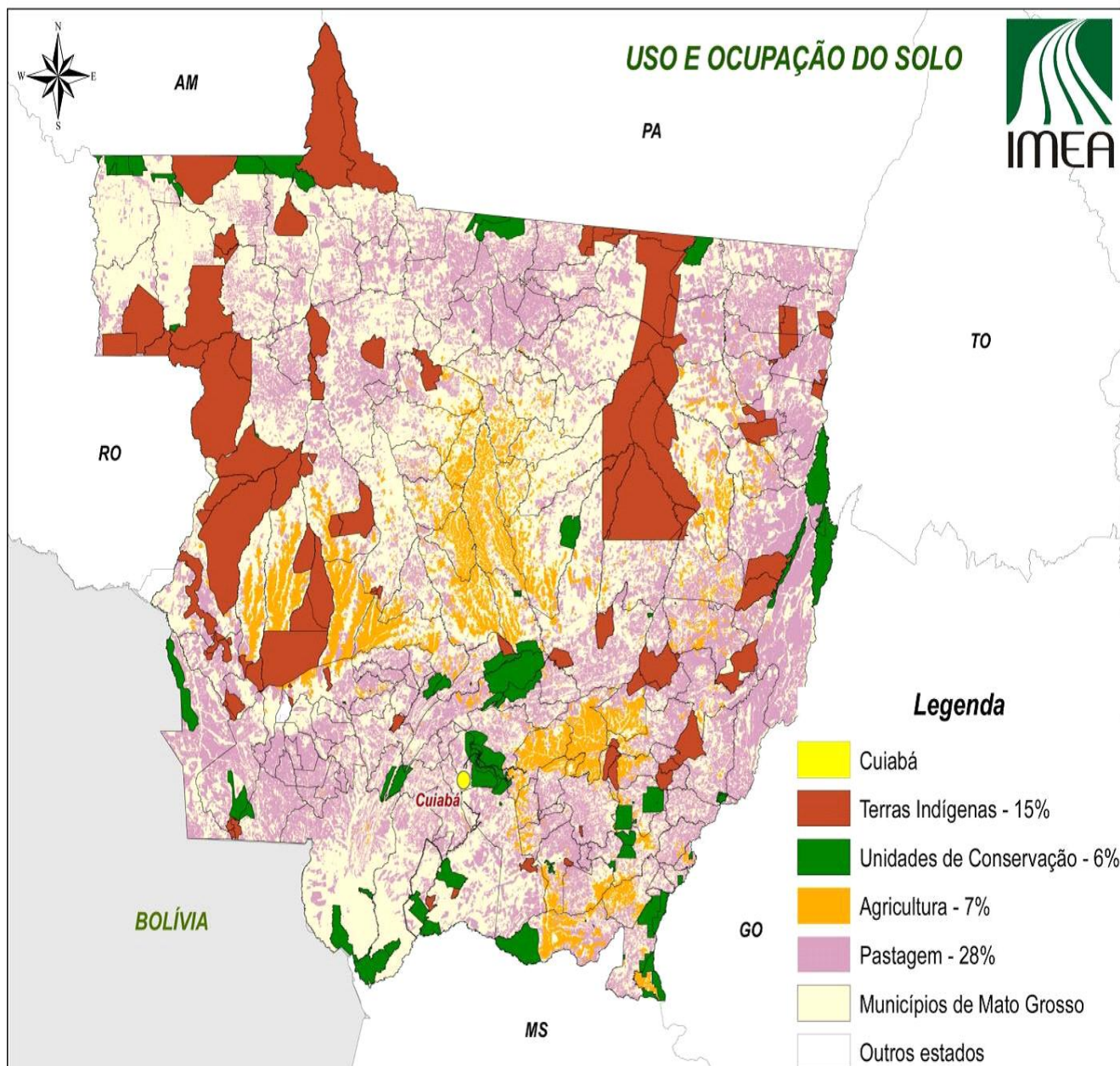
O agronegócio mato-grossense vem progressivamente demonstrando força, seja na região Centro Oeste, seja comparado ao agronegócio no Brasil, como demonstram os dados do IBGE.

Em 2013, entre as Grandes Regiões, o volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou a seguinte distribuição: Centro-Oeste, 78,5 milhões de toneladas; Região Sul, 73,0 milhões de toneladas; Sudeste, 19,8 milhões de toneladas; Nordeste, 12,0 milhões de toneladas e Norte, 5,0 milhões de toneladas. Comparativamente à safra passada, foram constatados incrementos de 10,8% na Região Centro-Oeste, 32,2% na Sul, 2,8% na Sudeste, 0,7% na Nordeste e 4,0% na Norte. Nessa avaliação para 2013, o Mato Grosso liderou como maior produtor nacional de grãos, com uma participação de 24,5%, seguido pelo Paraná (19,4%) e Rio Grande do Sul (16,1 %), que somados representaram 60,0% do total nacional previsto. (IBGE, 2013).

A produção do agronegócio se caracteriza pela monocultura, seja na área ocupada pela produção agrícola, seja na área ocupada pela pecuária. A área usada para produção agrícola na safra 2013/2014 em Mato Grosso, ocupou 12,2 milhões de hectares e produziu 47,2 de toneladas de grãos, uma produtividade média de 3,868 toneladas por hectares.

Os cultivos que mais ocupam o solo agrícola Mato-grossense são: soja que ocupa 8,2 milhões de hectares no qual foram produzidas 25,7 milhões de toneladas, se destacando no agronegócio nacional em primeiro lugar com 29 % da produção. O milho safrinha (segunda safra) vem em segundo lugar, com 3,3 milhões de hectares cultivados, representando 33% da produção nacional com 16,3 milhões de toneladas. Em terceiro lugar no ranking estadual vem o algodão, com 600 mil hectares plantadas, produzindo 2,2 milhões de toneladas e representando 52% da produção nacional. (IMEA 2014, CONB, IBGE, MAPA).

Mapa do uso e ocupação do solo Mato-grossense



Fonte: Dorival Gonçalves Junior (2014)

Observa-se o predomínio da monocultura do agronegócio Mato-grossense, onde três culturas, soja, milho e algodão, ocuparam uma área plantada de 12,1 milhões de hectares na safra 2013/14.

Mato Grosso se destaca também em primeiro lugar na pecuária, como demonstra a tabela abaixo:

Estados	Efetivo de Rebanho Bovino (1000 cabeças)													
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.	Quant.	Rank.
Mato Grosso	26.064	1º	25.683	1º	26.018	1º	27.357	1º	28.757	1º	29.266	1º	28.741	1º
Mato Grosso do Sul	23.726	2º	21.832	3º	22.365	3º	22.326	3º	22.354	3º	21.554	4º	21.498	4º
Minas Gerais	22.203	3º	22.575	2º	22.370	2º	22.470	2º	22.698	2º	23.908	2º	23.966	2º
Goiás	20.647	4º	20.471	4º	20.466	4º	20.875	4º	21.348	4º	21.745	3º	22.046	3º
Pará	17.502	5º	15.354	5º	16.241	5º	16.857	5º	17.633	5º	18.263	5º	18.605	5º
Rio Grande do Sul	13.975	6º	13.516	6º	14.116	6º	14.366	6º	14.469	6º	14.478	6º	14.141	6º
São Paulo	12.790	7º	11.791	7º	11.186	7º	11.198	8º	11.198	8º	11.025	8º	10.757	8º
Rondônia	11.484	8º	11.008	9º	11.176	8º	11.533	7º	11.842	7º	12.182	7º	12.218	7º
Bahia	10.765	9º	11.386	8º	11.100	9º	10.230	9º	10.528	9º	10.668	9º	10.251	9º
Paraná	9.765	10º	9.495	10º	9.586	10º	9.562	10º	9.411	10º	9.462	10º	9.414	10º
Tocantins	7.761	11º	7.395	11º	7.393	11º	7.605	11º	7.994	11º	8.025	11º	8.082	11º
Maranhão	6.613	12º	6.609	12º	6.816	12º	6.885	12º	6.980	12º	7.264	12º	7.491	12º
Santa Catarina	3.461	13º	3.489	13º	3.865	13º	3.976	13º	3.986	13º	4.039	13º	4.073	13º

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Produção e Gestão da Informação.

Fonte; Dorival Gonçalves Junior (2014)



Mato Grosso tem uma população de aproximadamente de 3,2 milhões de habitantes. Neste caso a quantidade de bovinos per capita é estimada em 09 cabeças. A produtividade para criação de gado ainda é baixíssima, pois, para se criar 28,7 milhões de cabeças de bovinos são ocupados 27 milhões de hectares com uma produção média de 1,1 cabeça por hectares.

A tendência é que a criação de gado seja feita em confinamentos, que além de aumentar a produtividade, a área de pastagem poderá ser utilizada para o plantio de soja, algo que já vem ocorrendo de forma progressiva. Representantes do agronegócio em Mato Grosso trabalham na perspectiva de incorporar nove milhões de hec-

tares de pastagem ao cultivo da soja. Caso isso ocorra, Mato Grosso produzirá 50 milhões de toneladas da leguminosa, passando a produzir a mesma quantidade de produção da Argentina.

Do ponto de vista da geração de postos de trabalho, com carteira assinada, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária-IMEA, informa que a agropecuária, a extração vegetal e caça e pesca, ficaram em quarto lugar gerando 99.055 postos de trabalho. Os setores que se destacam do primeiro ao terceiro lugar respectivamente são comércio com 178.383, serviços com 161.09 e administração pública com 142.045 de postos de trabalho. (IMEA 2012, Ministério do Trabalho).

Mapa sobre empregos com carteira assinada no MT


Competitividade


Mão de obra – Número de empregados com carteira assinada em Mato Grosso

SETOR POR ATIVIDADES (IBGE)	Δ anual				
	2010	2011	2012	Absoluta (nº de vínculos)	%
Comércio	156.218	169.391	178.383	8.992	5,3%
Serviços	146.968	161.090	171.551	10.461	6,5%
Administração Pública	130.862	140.889	142.045	1.156	0,8%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	88.300	94.540	99.055	4.515	4,8%
Indústria de transformação	92.928	98.071	97.675	-396	-0,4%
Construção Civil	33.437	36.988	46.436	9.448	25,5%
Serviços industriais de utilidade pública	5.065	5.167	5.603	436	8,4%
Extrativa mineral	2.764	3.241	3.810	569	17,6%
Total	656.542	709.377	744.558	35.181	5,0%

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Outro aspecto que caracteriza o agronegócio Mato-grossense é sua vinculação com o capital internacional, com a presença das maiores empresas transnacionais da área de insumos, crédito e exportação de commodities agrícola. Commodities

origina-se do inglês e é o plural de commodity que significa mercadoria. Esta palavra é usada para descrever produtos de baixo valor agregado.

Em matéria publicada pelo Jornal Centro-Oeste Popular, informa que as “Trades já controlam o agronegócio em Mato Grosso”. A palavra trade significa negociador, em inglês. Este termo refere-se a uma espécie de investidor de mercado de ações). As supersafras de grãos cultivados e colhidos em Mato Grosso já nascem transnacionais e com registro de propriedade estrangeira. A partir dessa afirmativa o jornal entrevistou um dos sojicultores de Mato Grosso que fez a seguinte revelação:

Nos últimos 10 anos, nos tornamos totalmente reféns das trades. Hoje, nós trabalhamos para a Cargill, ADM e Bunge da vida. Não somos mais donos de nada do que produzimos, pois antes mesmo de plantar, já temos que assinar o contrato para quem a produção vai pelo preço que eles querem pagar, porque são as trades que controlam a Bolsa de Chicago e, de lá, todas as outras bolsas de commodities agrícolas do mundo”, afirma o sojicultor I.B.S., 57 anos, que toca lavoura em um dos municípios do médio norte do estado. (<http://www.brasilnoticia.com.br/in>).

Essa matéria jornalística objetivou mensurar o nível de participação das transnacionais no agronegócio brasileiro e Mato-grossense.

Os números que podem delimitar a extensão exata do controle das tradings sobre o agronegócio no Brasil e em Mato Grosso, especialmente, são mantidos sob forte sigilo por serem tratados como informação estratégica ou rotulados como “dados fiscais”. No entanto, sabe-se no meio que, atualmente, cerca de 80% a 90% de toda a produção destinada à exportação no estado pertence às cinco maiores tradings do setor – Bunge, ADM, Cargill, Louis Dreyfus e Amaggi, esta última, empresa que pertence ao senador Blairo Maggi (PR-MT) e a única com controle de capital nacional. (<http://www.brasilnoticia.com.br/in>).

O jornalista Antônio P. Pacheco chama atenção para a oligopolização de toda cadeia produtiva do agronegócio, não somente em Mato Grosso, mas também no Brasil.

Tudo dominado – As grandes trades controlam a produção agrícola brasileira da semente à exportação dos produtos in natura, semi elaborados e industrializados. Até o ano de 1996, a produção de sementes no Brasil apresentava uma base nacional, privada e pública. Pouco a pouco o setor privado tomou o controle da produção por

meio das corporações do setor da biotecnologia. ([Http://www.brasilnoticia.com.br/in](http://www.brasilnoticia.com.br/in)).

O jornal do Centro Oeste, ao prosseguir com suas informações a respeito da internacionalização da agricultura brasileira e Mato-grossense particularmente, indica as três maiores transnacionais que atuam na agricultura mundial, e suas respectivas capacidades de processamento e de financiamento agrícola.

ADM, Bunge e Cargill, juntas, são responsáveis por cerca de 60% do financiamento da produção de soja no Brasil e controlam quase 80% da capacidade de processamento do grão em farelo e óleo na Europa. Na safra 2005/2006, por exemplo, elas financiaram produtores num valor cerca de R\$ 30 bilhões. Negociaram cerca de 60% das exportações do grão, óleo e farelo de soja e esmagaram 60% dos grãos voltados para o consumo interno. ([Http://www.brasilnoticia.com.br/in](http://www.brasilnoticia.com.br/in)).

O jornal Centro Oeste Popular apresenta de forma sucinta as maiores trades do agronegócio mundial que dominam a agropecuária no Mato Grosso e no Brasil:

CARGILL - Líder em faturamento e maior trade em operação em Mato Grosso. Faturou US\$ 100 bilhões em 2012, gigante americana de grãos, fortíssima no Brasil, fundada em 1865, ano do fim da Guerra Civil, firma de capital fechado na mão da família fundadora.

ADM - Faturou em 2012 US\$70 bilhões, é a antiga Archer Daniels Midland, trading e processadora americana de grãos, grande no Brasil, fundada em 1902.

BUNGE - A antiga nossa conhecida Bunge & Born, de origem holandesa mas com um século de raízes na Argentina, fundada em 1818, faturou em 2012 US\$50 bilhões, há mais de cem anos no Brasil.

AMAGGI – A “caçulinha” das grandes trades que operam em Mato Grosso, a empresa do senador Blairo Maggi faturou em 2012 nada menos US\$2,85 bilhões. ([Http://www.brasilnoticia.com.br/in](http://www.brasilnoticia.com.br/in)).

Os símbolos das empresas privadas nacionais e multinacionais do Agronegócio que atuam no Mato Grosso, bem como das instituições estatais, seguem abaixo:



Fonte: Dorival Gonçalves Junior (2014)

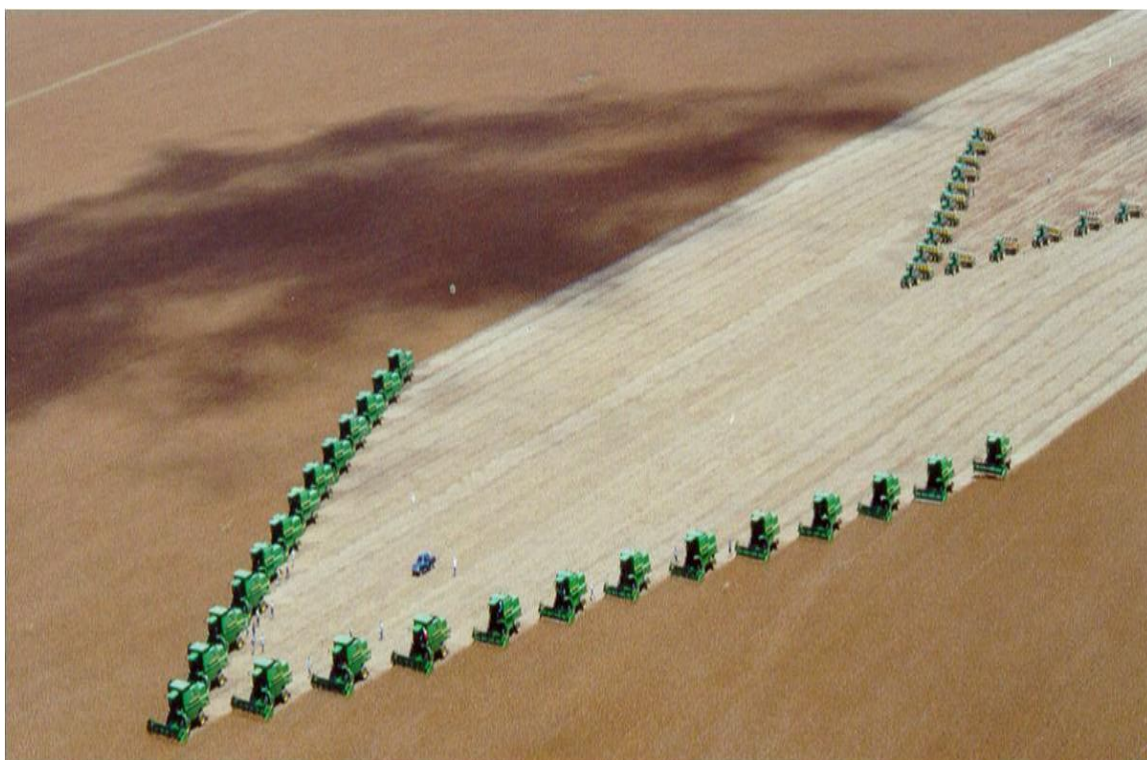
O Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola-IMEA, organização de assessoria e centro de pesquisas econômicas vinculado ao agronegócio mato-grossense, fundado em 1988, aponta as seguintes tendências e perspectivas para continuidade do desenvolvimento do capitalismo no campo de Mato Grosso:

- Conversão de pastagem em agricultura.
- Intensificação do uso do solo na pecuária (confinamento, semi-confinamento e suplementação a pasto).
- Intensificação do uso do solo por meio de integração Lavoura-Pecuária-Floresta.
- Usinas de etanol flex – (cana de açúcar + milho).
- Aumento das florestas plantadas.
- Crescimento da piscicultura no Estado de Mato Grosso.

- “Entramos na década da produtividade” (eficiência produtiva + custo baixo), na velha briga econômica Escala x Eficiência, como as empresas brasileiras ganharam muito em escala nos anos anteriores, o foco agora é “eficiência dentro de casa”.

Observa-se que não está na perspectiva de análise dos quadros do IMEA, que a confirmação dessas tendências indicam mais concentração e centralização de capital e de recursos naturais para acumulação capitalista no estado de Mato Grosso e a transferência de riquezas para as matrizes das transnacionais, derivando num processo de profundas contradições nas relações sociais de produção, bem como o aprofundamento dos problemas sócios-ambientais para a população mato-grossense, em especial, para as populações nativas e de produção não capitalista e para totalidade da classe trabalhadora.

Colheita da soja e o plantio do milho safrinha.



Fonte: Dorival Gonçalves Junior (2014)

CAPITULO III

AGRONEGÓCIO: CONTRADIÇÕES E A NECESSIDADE DA SUA SUPERAÇÃO

3.1 A função das colônias agrícolas para expansão do capitalismo.

Já afirmamos que as colônias agrícolas foram implantadas a partir da primeira metade da década de 1940, governo Vargas para, entre outros objetivos, impulsionar a produção de alimentos para o mercado interno e externo e, sobretudo, garantir o processo de acumulação do capital. Essa expansão da fronteira agrícola ficou conhecida como “a marcha para o oeste” e constituiu-se, também, como uma estratégia de ocupação dos “espaços vazios”. O lema deste processo de expansão da fronteira agrícola foi “trabalho e colonização”, desconsiderando que essa região já era habitada por diversos povos nativos e posseiros. No estado do Mato Grosso foram implantadas vinte e três colônias agrícolas, fazendo com que a partir delas, várias cidades fossem criadas. Entre 1940 a 1978 foram distribuídos 129.119 hectares de terras, divididas em 15.663 lotes, fazendo com que a média de cada lote fosse de 8,243 hectares. Supostamente foram assentadas 15.663 famílias num período de 38 anos. Santos (2015) contextualiza o período da implantação das colônias agrícolas e seus objetivos.

No primeiro mandato de Vargas, década de 1940, instituiu-se a política ocupacional da “Marcha para o Oeste” com a criação de colônias agrícolas e a necessidade de abrir novas fronteiras econômicas e ampliar a malha viária no Centro-Oeste para favorecer a penetração do capital agropecuário na região. Para tanto, incentivou-se a produção na pequena propriedade que foi responsável pelo abastecimento de grãos na fronteira em expansão, constituída em sua maioria por nordestinos migrados do Sudeste (<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584>).

As colônias agrícolas foram inviabilizadas em função do processo de endividamento dos pequenos proprietários de terra, o que levou a reconcentração da terra, como afirma o Santos (2015)

Entretanto, os pequenos produtores (colonos) contraíram dívidas, e na impossibilidade de continuar produzindo em suas propriedades, venderam-nas para o latifundiário. Acredita-se que a pequena produção aqui mencionada, constituiu uma estratégia, no sentido de contornar a demanda de trabalhadores no extrativismo vegetal e mineral na fronteira. Por outro lado, a transformação da pequena produção rural em uma pequena produção capitalista encontrou sua origem nas políticas desenvolvimentistas do Estado, como creditícia de infraestrutura e de regularização fundiária. (<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584>).

Para Santos (2015) o processo de expansão da fronteira agrícola neste período no Brasil, tinha entres os seus objetivos, a “erosão” da força de trabalho do nordeste do país, bem como impedir a realização da Reforma Agrária.

Tanto o processo de colonização, como os programas de ocupação tiveram como objetivo contornar a deficiência do mercado de trabalho agropecuário no estado e até mesmo desestimular a efetiva implantação da Reforma Agrária almejada pelo campesinato; sendo, portanto, não apenas um instrumento de política ocupacional, mas também um mecanismo de caráter social. Neste contexto, pode-se dizer que a colonização das regiões de fronteira agrícola é utilizada atualmente para instalar os ‘excedentes’ de mão-de-obra criada pela mecanização, e para reduzir os efeitos sociais negativos de uma política agrícola instável orientada para o crescimento das exportações (SWAIN, 1988). As tensões, os litígios e os conflitos sociais resultantes de problemas fundiários também são amenizados com o reassentamento populacional, através de projetos de colonização. (<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584>).

Santos (2015) afirma que as colônias agrícolas, foram uma espécie de “viveiro” de força de trabalho disponível para ser explorada pelo latifundiário.

A maioria das colônias era dividida e vendidas para pequenos produtores de base familiar com o objetivo de manter fixa uma reserva de mão-de-obra para lidar na grande produção. Os colonos para garantir

sua sobrevivência, sazonalmente vendiam sua força de trabalho ao grande produtor. Portanto, a intenção das empresas colonizadoras não era apenas colonizar a terra, mas também criar um reserva de mão-de-obra, de modo a tornar viável o seu empreendimento econômico.

(<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584>).

Segundo Santos (2015) , o processo de expansão da fronteira agrícola no campo teve três características fundamentais:

A modernização agrícola não foi capaz de reduzir as iniquidades socioeconômicas na região. A modernização agropecuária representa um modelo de modernização conservadora por três razões: primeiro, porque foi incapaz de amenizar com as contradições sociais do campo, pelo contrário concentrou mais ainda estrutura fundiária; segundo tem por objetivo retardar a implantação de uma Reforma Agrária promissora e por último, sua finalidade principal é conservar o modelo de produção do grande latifúndio e manter a eterna reprodução ampliada do capital agropecuário. A reprodução capitalista no campo e a concentração fundiária agravaram os problemas sociais. (<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584>).

Assim, a expansão da fronteira agrícola no país ocorre por meio do processo de colonização. Se, na década de 1940, estas ações conformam uma política de governo, a partir da década de 1960 estas “colonizações” vincularam-se diretamente ao capital. São as grandes empresas que entram no “negócio” da venda de pequenas propriedades da terra. Cria-se, portanto, uma dinâmica contraditória no qual pequenas parcelas da terra, no centro-oeste e norte do país, são divididas em pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, estas glebas de terra adensam o grande latifúndio. Trata-se de uma dinâmica complexa e contraditória.

3.2 As contradições do agronegócio.

O conceito de agronegócio é utilizado de acordo com os interesses de classes. Se para os norte-americanos, Davis e Goldberg, ainda em 1957, o termo Agribusiness, significava uma mera descrição de organização da produção no meio oeste dos Estados Unidos, para Delgado (2013), o agronegócio tem um significado de projeto político de classes para o campo.

na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de estado. (DELGADO, 2013, p.64).

O agronegócio é sinônimo de modernidade no campo para a elite brasileira. Trata-se de uma concepção sobre um determinado modelo de produção que serve ao capital e, contraditoriamente, explora e destrói o meio ambiente e a força de trabalho. Em relação ao significado de contradição, Tse-tung (2004), faz uma discussão filosófica a respeito das duas concepções de mundo para em seguida, conceituar o significado de contradição. Para Tse-tung(2004), as duas concepções de mundo na história do conhecimento humano é a concepção metafísica, e a outra, a concepção dialética. Segundo ele, essas duas concepções são opostas e antagônicas. Tendo como referência os argumentos filosóficos de Lenin, Mao afirma que

as duas concepções fundamentais (ou as duas possíveis, ou as duas dadas pela história) do desenvolvimento (da evolução) são: o desenvolvimento como diminuição e aumento, como repetição, e o desenvolvimento como unidade dos contrários (desdobramento do que é um em contrários que se excluem mutuamente, e relações entre eles). (TSE-TUNG, 2004, p.39).

Para Tse-Tung (2004), a concepção metafísica do mundo entende que os fenômenos não podem fazer mais do que se reproduzir, sendo incapaz de se transformarem em fenômeno diferente. Nesta perspectiva de mundo, Tse-Tung analisa que a concepção metafísica entende que as causas do desenvolvimento da sociedade se explicam por condições exteriores, como o meio geográfico, o clima, etc. A concepção materialista dialética explica o mundo a partir dos fenômenos internos do próprio fenômeno, o autor afirma que *“a causa fundamental dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos. No interior de todo fenômeno há contradições, daí o seu movimento e desenvolvimento”*. (TSE-TUNG,2004,p.41).

Machado (2014), apresenta o quadro sobre os dilemas pelos quais passam a humanidade em função da forma social na qual vivemos. As estatísticas sobre as

consequências sociais e ambientais provocado pelo modo e produção capitalista em escala mundial são alarmantes.

A humanidade passa por um quadro, no mínimo preocupante: 1.020.000.00 de famintos (ONU,2009); perde-se por erosão, 2,420t de solos por segundo (e, a cada hora, formam-se mais de 1.370 há de deserto, ONU/FAO,2009,2007,2006); há uma redução constante de disponibilidade de área agricultável: em 2000, para 6 bilhões de seres humanos, havia 0,20 há/habitante e em 2050, prevê-se, para 8,1 bilhões de habitantes, apenas 0,16ha (FAO,2006); em apenas cinco estados indianos, houve 121.957 suicídios em consequência de agrotóxicos (FAO,2007). Ainda segundo a FAO (2007), anualmente ocorrem 20 mil mortes por substâncias químicas (agrotóxicos) e, na Austrália, em 2006, morreram por falta d'água 25 milhões de ovinos e 18 milhões de bovinos. (MACHADO, 2014, p.21).

Para Machado (2014), os acordos celebrados pelas elites nos eventos internacionais, a exemplo da Rio 92 e Rio+20, sobre o clima e as desigualdades sociais não tem sido efetivos. O autor informa através dos indicadores sócio-ambientais, como as medidas tomadas pelas elites internacionais não alteram positivamente tais indicadores. Nos últimos 30 anos de neoliberalismo, da “Revolução Verde” e do agronegócio, os efeitos climáticos e a desigualdade social vem se aprofundando.

Apesar dos compromissos voluntários assumidos pelas elites nas Cúpulas oficiais (Rio92 e Rio+ 20), os indicadores de desenvolvimento sustentável dos últimos 20 anos são estarrecedores: PIB global, +75%; emissões de carbono, + 36; degelo das banquisas do Ártico,+35%; ritmo anual de degelo das geleiras, +100%; população mundial, +26%; produção de alimentos, + 45%; 1/3 desse total (1,3 de toneladas) é desperdiçado; desnutridos: mais de 1bilhão; obesos: mais de 1 bilhão; agricultura usa 70% da água consumida; crescente desigualdade de renda como fator de geração de pobreza: renda mundial detida pelos 20% mais ricos passou de 82,7% para 91,5%; a fração dos 20% mais pobres caiu 20 vezes, de 1,4% para 0,07%; crescente desigualdade de expectativa de vida: para os 20% mais ricos, 77 para 79 anos; para os 20% mais pobres, 46 para 44 anos de vida (PNUD)” (Machado, 2014, p. 21/22).

Machado (2014) afirma que a cada cinco segundos morre uma pessoa de fome, sendo 57 mil pessoas por dia e que dezoito milhões morreram de fome em 2012. Outra consequência citada por Machado (2014), provocado pelo modo de

produção dominante é o aumento da marginalidade e da criminalidade urbana, e, por último, a crescente crise econômica que inquieta toda a humanidade. Para ele, a crise social e ambiental pela qual passa a humanidade está diretamente vinculada ao padrão de desenvolvimento capitalista, em geral e em particular, no modelo de agricultura denominado de agronegócio.

[...] a situação que chegou o planeta é consequência, em boa parte, do agronegócio, da agricultura industrial, animal e vegetal e, como um todo, do sistema socioeconômico vigente. Disto não há dúvida e não há dúvida também, no que concerne à produção de alimentos, que isto é produto da ação dos técnicos, produtores, empresas, empresários e administradores que atuam no setor. (MACHADO, 2014, p.22).

Machado (2014) chama a atenção no sentido de que para analisarmos em profundidade o agronegócio, é necessário entender o significado da Revolução Verde para o campo brasileiro, em especial, sua relação com os trabalhadores do campo. Em síntese ele faz a relação da “Revolução Verde” e sua natureza com o agronegócio e as catástrofes sociais pelas quais passam a humanidade.

A “Revolução Verde” e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo. Na América Latina, e no Brasil em particular, se implantou com muita força e em consequência das proposições do neoliberalismo protagonizado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional e sustentado pelos golpes militares, o atual modelo do agronegócio para produção agrícola agropecuária intensiva, com as monoculturas de produtos - soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, eucaliptos, pinos, destinados à exportação e ao agro combustível, modelo para o qual as empresas transnacionais - Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer, Dow, e outras, tiveram papel preponderante (Bravo y Bravo, 2011). Especialmente significativo é o papel desempenhado pelas transnacionais na produção e comercialização de sementes, usurpando das mãos camponesas o uso de um recurso milenar e transformando-o em mercadoria. (CHANCHAL, 1994 in MACHADO, 2014, p.58).

Machado (2014) analisa que entre as consequências geradas pelo agronegócio aos povos, está a perda da soberania alimentar, que segundo ele, é a capacidade que um determinado país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura, animal e vegetal. O autor acredita que entre as causas que

ameaçam a soberania alimentar no Brasil, está a lei de patentes e controle das sementes pelas multinacionais e faz uma crítica ao governo, pelo fato de garantir uma legislação que isenta o agronegócio e as transacionais de pagarem impostos, como é o caso da Lei Kandir aprovada no governo FHC.

3.3 O agronegócio e o consumo de agrotóxicos.

Segundo o “Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (2015), organizado por Fernando Ferreira Carneiro e outros, os agrotóxicos e fertilizantes químicos

são os produtos e os agentes de processo físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (CARNEIRO et al, 2015, p.49).

Para Machado (2014), os agrotóxicos têm origem no veneno usado pelos alemães na primeira guerra mundial 1914/1918, no agrotóxico DDT criado por Paul Muller, na Suíça, usado como arma de guerra pelas tropas norte americanas em 1939 na Itália, no “agente laranja” usado contra os japoneses e vietnamitas, também pelas tropas norte-americanas para devastar milhares de quilômetros de florestas, provocando mortes humanas e muitas sequelas nas populações sobreviventes. Machado (2014), afirma ainda, que os agrotóxicos, igualmente, foram desenvolvidos para a guerra e não para a agricultura.

Ao final da I guerra mundial (1914-1918), os alemães tinham grandes estoques de nitratos, usados na fabricação de explosivos. A indústria química os reciclou e introduziu na agricultura, que, assim, foi “a lata de lixo” da indústria de guerra [...] o mesmo se deu com o “agente laranja”, empregados pelos norte-americanos nas guerras contra o Japão e o Vietnã. (Machado, 2014, p.92).

Para o autor, o apoio estatal para aquisição do pacote tecnológico contendo agrotóxicos teve início no período do golpe militar de 1964, no contexto da implantação da “Revolução Verde”. O autor define

por “revolução verde” , inspirada pela FAO e pelo banco mundial (Londres, 2011), se entende o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e pôr em pratica a tríade capitalista: tempo, custo, lucro.(Machado, 2104, p.43).

Sobre os incentivos estatais para aquisição de agrotóxicos, Machado (2014), afirma que

Em 1964, com o golpe militar, coincidentemente a “revolução verde” passa a ser a política agrícola oficial. Estabeleceram-se programas de apoio à “revolução verde”, inclusive a Embrapa, criada em 1973, é fruto dessa política. O Condepe a nível nacional e a “Operação Tatu”, no Rio Grande do Sul. [...] os financiamentos deviam prever, obrigatoriamente, “insumos modernos” - agrotóxicos, fertilizantes e sementes certificadas. (Machado, 2014, p.55/56).

Percebe-se que historicamente o Estado brasileiro, por meio dos seus governos, tem garantido a legislação e altos subsídios para comercialização dos agrotóxicos, inclusive de 22 tipos que são proibidos na Europa.

No rol das medidas protecionistas dos interesses da “indústria da morte” está a isenção do IPI e a redução de 60% do ICMS. Ou seja, o governo estimulando o uso de veneno (Klias, 2012). Segundo esse autor, uma das consequências dessas liberalidades é que, a cada dólar gasto no consumo de agrotóxicos corresponde uma despesa futura de US\$1,28 em gastos sociais despendidos pelo governo! (Machado, 2014, p.94).

A produção de monoculturas em grandes extensões de terras, apoiada com fortes incentivos públicos para atender fundamentalmente o capital internacional, fez com que o Brasil se tornasse o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e o estado de Mato Grosso o maior consumidor nacional. Como afirma o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO:

O modelo de produção agraria atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe dá sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho. O agrotóxico é uma expressão de seu potencial morbígeno e

mortífero, que transforma os recursos públicos e os bens naturais em janelas de negócios. (CARNEIRO, 2015, p.96).

Segundo o dossiê ABRASCO (ano), na safra do segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, o mercado nacional de agrotóxicos movimentou 936 mil toneladas de produtos, faturando US\$7,3 bilhões, representando 19% do mercado global de agrotóxicos. Com o crescimento do mercado, em 2011 houve aumento de 16,3% nas vendas alcançando US\$8,5 bilhões, sendo que as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar representam 80% do total das vendas. *“A quantidade fertilizantes químicos por hectare (kg/ha), calculada com base em dados divulgados pela Associação Nacional para difusão de adubos (ANDA, 2011), chama atenção nos casos da soja (200 kg/ha), do milho (100 kg/ha) e do algodão (500 kg/há)”*. (CARNEIRO et al, 2015, p.50).

É nesse contexto de forte ofensiva do capital no campo, expresso no uso intensivo de agrotóxicos, que estudos divulgados no dossiê ABRASCO (2015), a partir dos dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), confirma o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do laboratório da indústria dos agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná divulgados durante o segundo seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, DF, em Abril de 2012, enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. (CARNEIRO et al, 2015, p.49).

O elevado nível de consumo de agrotóxico no Brasil, inclusive de venenos proibidos em outros continentes, fez com que estudiosos o classificassem como um país lixeira do mundo. Machado (2015), afirma que Kugler (2012), publica na revista *Ciência Hoje*, um trabalho sobre o uso de agrotóxicos no Brasil onde afirma, entre muitas outras verdades surpreendentes: *“O Brasil é a lixeira toxica do planeta. Cada dólar gasto na compra de agrotóxicos pode custar aos cofres públicos S\$1,28 em futuros gastos com a saúde dos camponeses intoxicados”*. Um custo subestimado porque considera apenas os dados referentes às intoxicações agudas. Segundo a

OMS, para cada 50 casos de intoxicação por agrotóxicos, apenas um é notificado. “O Brasil é o destino certo para os agroquímicos que, por elevado grau de toxicidade foram banidos em diversos países”. (CARNEIRO et al, 2015, p.95)

Para o dossiê ABRASCO, o controle da produção de agrotóxicos é das principais empresas transnacionais como a Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta, Dow, et. As participações dessas empresas na produção agropecuária brasileira afirmam o caráter dependente da economia brasileira ao capital internacional. Com base no censo agropecuário do IBGE (2006), a quantidade do uso de agrotóxicos tem níveis variados de acordo com o tamanho da propriedade. “*Verifica-se que 27% das pequenas propriedades (de 0 a 10 ha), 36% das propriedades de 10 a 100 hectares e 80% das propriedades maiores de 100 hectares usam agrotóxicos*”. (CARNEIRO et al, 2015, p.53).

Além da contaminação das culturas cultivadas em grandes propriedades como a soja, o algodão e o milho, a produção de alimentos em pequena escala também está contaminada por agrotóxicos, demonstrando assim a hegemonia do veneno no campo brasileiro.

Destaca-se também que o nível médio de contaminação das amostras dos 26 estados brasileiros está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira; pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%) alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%), e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos. (CARNEIRO et al, 2015, p.56).¹

3.4 Mato Grosso: monocultura, consumo de agrotóxicos e as consequências para saúde humana e o meio ambiente.

Segundo Carneiro (2015), um dos organizadores do dossiê ABRASCO, o estado de Mato Grosso se destaca como principal produtor das monoculturas do agronegócio e conseqüentemente, se destaca como o maior consumidor de agrotóxico do Brasil.

¹ O Brasil é o campeão mundial em consumo de agrotóxicos atingindo todos os setores sociais que produz no campo, inclusive onde a produção é tipicamente em pequenas propriedades.

[...] as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monocultura da soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz. Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos, representando 18,9%, seguido de São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%), Santa Catarina (2,1%). Os demais estados consumiram 10,4% do total do Brasil, segundo o IBGE (2006), o Sindag (2011), e Theisen (2010). (CARNEIRO et al, 2015, p.53).

Para confirmar a relação entre monocultura e o uso de agrotóxico, o dossiê ABRASCO (2015), apresenta um quadro exemplar, a situação de Mato Grosso.

Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de soja, algodão e gado bovino, e no ano de 2010 cultivou 9,6 milhões de hectares entre soja, milho, algodão e cana e pulverizou nessas lavouras cerca de 110 milhões de litros de agrotóxicos (IBGE, 2011; INDEA-MT, 2011; PIGNATI; MACHADO, 2011). Destaca-se, dentre os cinco maiores produtores, o município de Lucas do Rio Verde, com 37 mil habitantes, que produziu em 2010 cerca de 420 mil hectares entre soja, milho e algodão e consumiu 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nessas lavouras (IBGE,2011; INDEA-MT, 2011). (CARNEIRO et al, 2015, p.71).

O uso crescente de agrotóxicos tem provocado diversos problemas ambientais e na saúde humana. Segundo o dossiê ABRASCO, no Brasil

[...] foi registrado no período de 1996 a 2000 um total de 5.654 casos suspeitos de intoxicação, com 2.931 casos confirmados (51,43%). O número de óbitos registrado foi de 227, correspondendo a uma letalidade de 7,73% no período. (CARNEIRO et al, 2015, p.125).

As pulverizações de agrotóxicos são realizadas na maioria das vezes com tratores e aviões. Esse procedimento faz com que todo meio ambiente seja contaminado trazendo como consequências diversos problemas de saúde, como acontece em Lucas do Rio Verde

a incidência de agravos correlacionados aos processos produtivos do agronegócio em Lucas do Rio Verde, como acidentes de trabalho, intoxicações agudas por agrotóxicos, neoplasias, más-formações congênitas e agravos respiratórios, aumentou entre 40% e 102% nos úl-

timos dez anos, com linha de tendência com 50% acima da incidência estadual destes anos. (CARNEIRO et al, 2015, p.155).

Sobre os impactos ambientais provocados por agrotóxicos, a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT) e a Fundação Oswaldo Cruz realizaram em Lucas do Rio Verde, uma pesquisa durante os anos de 2007 a 2010, em conjunto com professores e alunos de quatro escolas, sendo uma no centro da cidade, outra na interface urbano-rural e duas escolas rurais. Os pesquisadores avaliaram alguns componentes ambientais, humanos, animais e epidemiológicos relacionados aos riscos dos agrotóxicos. Os dados coletados foram analisados e demonstraram:

a) exposição ambiental/ocupacional/alimentar de 136 litros de agrotóxicos por habitante durante o ano de 2010 (MOREIRA et al., 2010; IBGE, 2011; INDEA – MT, 2011). b) as pulverizações de agrotóxicos por avião e trator eram realizadas a menos de dez metros de água potável, de córregos, de criação de animais, de residências e periferia da cidade, desrespeitando o Decreto MT n.2. 283/2009 (Mato Grosso 2009), que limita a trezentos metros a pulverização por trator ou por pulverizador costal daquelas localidades, assim como a instrução normativa do MAPA n.02/2008, que limita a quinhentos metros a pulverização aérea de agrotóxicos daquelas localidades (BRASIL. MAPA, 2008; MOREIRA et al., 2010); c) contaminação com resíduos de vários tipos de agrotóxicos em 83% dos 12 poços de água potável das escolas, em 56% das amostras de chuva (pátio das escolas) e em 25% das amostras de ar (pátio das escolas) monitoradas por dois anos (MOREIRA et al., 2010); d) presença de resíduos de vários tipos de agrotóxicos em sedimentos de duas lagoas, semelhantes aos tipos de resíduo encontrados no sangue de sapos, sendo que a incidência de má-formação congênitas nesses animais foi quatro vezes maior do que na lagoa controle (MOREIRA et al., 2010). (CARNEIRO et al, 2015, p. 72).

Os pesquisadores da UFMT também investigaram a contaminação do leite materno por agrotóxicos em Lucas do Rio Verde. O objetivo da pesquisa era de determinar resíduos de agrotóxicos em leite das mães residentes em Lucas do Rio Verde. Segundo o dossiê ABRASCO (2015), foram coletadas amostras de leite em 62 nutrízes que se encontravam amamentando da segunda a oitava semana após o parto. A maioria das doadoras (95%), tinham 26 anos, e 30% primíparas e residiam na zona urbana do município. O resultado da pesquisa trouxe o seguinte resultado:

observa-se que na maioria das amostras foi detectado mais de um tipo de agrotóxico [...] todas as amostras de leite materno de uma amostra de 62 nutrizes de Lucas do Rio Verde apresentaram contaminação com pelo menos um tipo de agrotóxico analisado. Os resultados podem ser oriundos da exposição ocupacional, ambiental e alimentar do processo produtivo da agricultura que expôs a população a 136 litros de agrotóxicos por habitante na safra agrícola de 2010. Nessa exposição estão incluídas as gestantes e nutrizes, que podem ter sido contaminadas nesse ano ou em anos anteriores (Palma, 2011; PIGNATI; MACHADO, 2011). (CARNEIRO et al, 2015, p.73).

3.5 O Papel da ciência na modernidade e a perspectiva de um campo livre de agrotóxicos.

O dossiê ABRASCO (2015), faz uma crítica sobre a função da ciência frente as pesquisas que têm como objetivo último a realização do lucro. O dossiê ABRASCO atribui a Descartes como percussor da ciência moderna e a caracteriza como

a ciência moderna legitima seu saber em detrimento do senso comum, provendo sua exclusão, marginalização e silenciamento. Como corolário, promove também a destruição de outros conhecimentos e produz o que Santos (2007) denomina de “epistemicídio”, ou seja, a exclusão de saberes dos diferentes povos - indígenas, camponeses, quilombolas, entre outros. (CARNEIRO et al, 2015, p.205).

O dossiê ABRASCO (2015), ao historicizar sobre a ciência moderna, refere-se à revolução industrial e o surgimento do capitalismo, como espaços onde essa ciência encontrou mecanismos objetivos para sua consolidação. Além do seu rigor teórico-metodológico, a ciência moderna criou as condições para o domínio dos seres humanos e da natureza. Em relação à função da ciência moderna o dossiê ABRASCO (2015), informa sua conversão em forças produtivas para o capital que tem entre as consequências a espoliação e à ampliação das desigualdades entre os países centrais e os periféricos.

O papel da ciência na modernidade denuncia sua submissão ao cálculo da utilidade e a maximização dos lucros no mercado, acentuando as contradições do sistema social e repercutindo nas condições de vida e de saúde das populações. O primado positivista que se consolidou como instrumento de manipulação da natureza em benefício de um sistema produtivo excludente e de uma ordem social se-

gregadora apresenta, em sua essência, incongruências estruturais que denunciam sua incapacidade para oferecer respostas aos problemas atuais. (CARNEIRO et al, 2015, p.207).

Frente ao avanço do agronegócio e as consequências para a saúde humana e para o meio ambiente, há uma crescente resistência da sociedade organizada em diversos setores da classe trabalhadora e da intelectualidade na perspectiva de informar a toda população sobre esse modelo agrícola. Ao mesmo tempo, este movimento, compromete-se com a construção de uma outra forma de produzir no campo, que leve em consideração os seres humanos e a relação harmoniosa com a natureza.

Como produto dessa resistência foram forjados vários espaços de articulação e mobilização como a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” que entre as ações desenvolvidas estão os documentários “*O Veneno está na Mesa 1*” e “*O Veneno está a Mesa 2*”, de Silvio Tendler. A campanha permanente contra o uso do agrotóxico propõe cinco bandeiras prioritárias com a adoção das seguintes medidas estratégicas:

- 1) Banimento dos agrotóxicos banidos em outros países do mundo.
 - 2) Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos.
 - 3) Fim da pulverização aérea.
 - 4) Em defesa da água sem agrotóxicos.
 - 5) Conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos.
- (CARNEIRO et al, 2015, p.487).

Para além de medidas de caráter imediato, o dossiê ABRASCO (2015) e Machado (2014), propõe uma nova concepção de relação com os seres humanos e a natureza, na qual a biodiversidade deve ser preservada e o conhecimento dos povos deve ser reconhecido.

Machado (2014) afirma que uma das medidas para preservar a biodiversidade e a relação dos seres com a natureza é agroecologia, a qual conceitua da seguinte maneira

[...] entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola - animal e vegetal - que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extra-

ordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar ao agronegócio, em qualquer escala. (Machado, 2014, p.36).

Machado (2015), afirma que já existem experiências de produção agroecológicas em grandes escalas, como é o exemplo da produção animal com PRV – vegetal em áreas de 30 mil hectares, e produzindo arroz ecológico, sem veneno, em mais de 3.000 hectares. O autor propõe os seguintes passos para produzir agroecologicamente:

o primeiro passo para construção de um novo paradigma é a *destruição* dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas, que respeitam os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental e eticamente. (Machado, 2014, p. 38).

Para machado (2014), do ponto de vista prático e técnico o cultivo agroecológico implica:

[...] que as técnicas utilizadas no processo de produção agrícola devem começar pela proteção à biodiversidade: rotação de culturas, plantio direto, respeito às culturas locais, ausência de agrotóxicos, proteção do solo contra erosão, sucessão animal—vegetal, enfim, procedimentos tecnológicos e condutas que, respeitando o indispensável critério da escala, atendam a estas condições. (Machado, 2015, p.77).

A produção por meio da agroecologia vincula-se, portanto a uma outra estrutura agrária e relações no campo.

3.6 Agronegócio: concentração da terra, trabalho escravo e assassinatos de trabalhadores.

O “Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra”, sobre as diversas formas de violência cometida pelos aparelhos estatais e privados contra a pessoa humana no estado de Mato Grosso, lançado em setembro de 2015, desnuda a propa-

ganda do agronegócio e de seus simpatizantes, fundamentalmente para aqueles que tem o agronegócio como significado de modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de toda sociedade.

O modelo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro tem demonstrado historicamente seu perfil concentrador de terras e de crédito para enriquecimento da burguesia interna e internacional. Mato Grosso segue este modelo de desenvolvimento, e em relação à concentração da terra, segue a mesma dinâmica, tendo como fundamento a lei de terras de 1850, expropriação dos camponeses e povos originários de suas terras e grilagem de terras públicas com conivência do estado.

O Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra de 2015, informa que do total de 100 milhões de hectares de terras devolutas identificadas pelo INCRA em 1999, 22.779.686 estavam em Mato Grosso.

Das terras devolutas arrecadadas pelo INCRA, apenas foram destinadas 37,9 milhões, os restantes das áreas devolutas continuam sem a devida destinação, estando elas distribuídas da seguinte forma, conforme apresentado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Valor Economico,2008), “67,8 milhões de hectares assim distribuídos (em milhões): 4,9 em Rondônia; 6,29 Acre; 20,9 no Amazonas; 9,2 em Roraima; 17,9 Pará; 1,03 no Tocantins; 5,7 Mato Grosso; e 1,7 no Maranhão”. Estas terras não destinadas do INCRA estão “cercadas e apropriadas privadamente”, ou seja, Mato Grosso tem, segundo os números do INCRA, 5,7 milhões de hectares apropriados indevidamente por grileiros. (SILVA, 2011, p. 43).

O mesmo relatório denuncia a relação desigual na apropriação das terras agricultáveis entre os latifundiários e os camponeses. *“Assim, a concentração fundiária no estado aprofundou-se mais: 77,51% das terras agricultáveis estão nas mãos dos latifundiários e apenas 5,53% em posse dos camponeses”.* (Cabral, 2015, p.62). O relatório alerta ainda que 95% das terras agricultáveis estão sendo utilizadas para a produção de gado, soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. A monocultura tem inviabilizado a soberania alimentar, e em Mato Grosso, 90% dos alimentos consumidos pela população vem de outros estados, onde a agricultura camponesa é mais forte, já que no MT, a agricultura camponesa produz 8% do que é consumido no estado.

Para se ter uma melhor ideia a respeito da concentração e da função da propriedade da terra em Mato Grosso e comparar com a Região Centro-oeste, vejamos a tabela abaixo:

Região	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Agronegócio	
	Estabelecimentos	Área (há)	Estabelecimentos	Área (há)
Centro Oeste	217 531	9 414 915	99 947	94 382 413
Mato Grosso do Sul	41 104	1 190 206	23 758	28 856 741
Mato Grosso	86 167	4 884 212	26 811	42 921 302
Goiás	88 436	3 329 630	47 247	22 353 918
Distrito Federal	1 824	10 867	2 131	240 453

(IBGE- Censo agropecuário 2006)

O Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra, além de conceituar o trabalho escravo contemporâneo, denuncia o estado de Mato Grosso como um dos estados onde mais se tem identificado esta prática. Para Flores (2015), o trabalho escravo contemporâneo se define em torno de quatro aspectos: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. Porém, Flores (2015) alerta sobre o PLS nº. 432/2013, proposta pelo Senador Romero Jucá (PMDB), que pretende retirar os aspectos degradantes e jornada exaustiva do conceito de trabalho escravo. Outra medida já aprovada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que beneficia os escravagistas, é a suspensão da lista “suja” de 600 nomes envolvidos com a prática de trabalho escravo em suas propriedades. Todas essas medidas têm por objetivo enfraquecer a Proposta de Emenda Constitucional nº 438, que propõe a destinação das terras rurais ou urbanas para fins de Reforma Agrária e habitação popular respectivamente. Para Flores (2015), há uma relação direta entre a terceirização e o trabalho escravo.

Trabalho escravo e terceirização estão relacionados e têm andado juntos, como se depreende da análise dos dados das libertações, pois segundo informações da Comissão Pastoral da Terra “3000 dos 3553 trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo, ocorridos entre 2010 e 2013, eram terceirizados: 90%” (PLASSAT,2015). Ainda no setor da construção, 19 dos 22 flagrantes ocorridos nos anos de 2011 e 2012, se deram em empresas terceirizadas. (FLORES, 2015, p.70).

O estado de Mato Grosso, mesmo com decréscimo no registro de trabalho escravo, ocupou por muito tempo as primeiras posições do ranking nacional. A redução brusca não significa a erradicação dessa forma de trabalho e sim a possível não aplicação do conceito integral nas fiscalizações recentes nesse estado.

O Estado de Mato Grosso, que nos períodos de 1995/2002 e 2003/2009 ocupava o 2º lugar no ranking de número de trabalhadores libertados, teve uma queda brusca no número de libertações, caindo para o 12º lugar no período de 2010/2014, fechando o ano de 2014 com a libertação de apenas 1 trabalhador. (FLORES, 2015, p.71).

Para Flores (2015), não houve redução do trabalho escravo no estado de Mato Grosso, porque as causas que dão origem a essa forma de trabalho não foram superadas, como a não realização da Reforma Agrária.

[...] continuam existindo milhares de trabalhadores vivendo em situação de vulnerabilidade, devido ao estado de pobreza, ao desemprego, não tendo o Estado realizado nenhuma ação para diminuir a desigualdade social, como uma política pública efetiva de Reforma Agrária ou qualquer outra que possibilite uma vida digna aos trabalhadores vulneráveis, para que os mesmos não sofram a prática deste crime perverso. (FLORES, 2015, p.72).

O agronegócio em sua face “moderna”, além de concentrar a terra e envenenar os seres humanos e o meio ambiente traz ameaças de morte e assassinatos. Segundo o Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra (2015) “*a luta pela terra e pelo território sempre foi marcada pela violência dos proprietários e pela violência estatal e, de outro lado, pela luta, resistência e organização dos camponeses, dos povos tradicionais, das comunidades indígenas, etc.* (Silva, 2015, p.45). Dentre as formas de violência empregadas contra esses povos, segundo o relatório, estão os

assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, a expulsão das terras, despejos e outras formas de violência físicas e psicológicas. Segundo Silva, *“o Estado também é detentor da forma de violência passiva, quando por omissão não evita que os povos do campo sejam vítimas da violência física, psicológica ou até moral”*, (2015, p.45).

Com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra de 2014, Silva (2015) informa que houve, no respectivo ano, 14.339 pessoas envolvidas em conflitos da luta pela terra. *“A reação contrária à organização desses trabalhadores é identificada na ação violenta dos proprietários de terras, que promoveram 5 assassinatos de camponeses, 1 tentativa de assassinato e 8 ameaças de morte no ano de 2014”*. Silva (2015), informa também que os cinco assassinatos ocorreram em apenas oito meses e o mais alarmante é que dessas cinco vítimas, três eram lideranças, o que indica os assassinatos seletivos.

Uma percepção mais geral da desigualdade socioeconômica Mato-grossense, é evidenciada pelo Censo de 2010, que mostrou que dos 3 milhões de habitantes, 941 mil não tem rendimentos, outros 628,6 mil ganham entre 1/4 e 01 salário mínimo e 527,4 mil ganham de 01 a 02 salários mínimo mensalmente. Na outra ponta, apenas 117, 9 mil pessoas ganham acima de 05 salários mínimos por mês. Os números da economia mato-grossense revelam o caráter do desenvolvimento que está sendo realizado. Fica evidente que quanto mais riquezas são produzidas, mas pobres ficam os produtores dessas riquezas, revelando a natureza do Capital, conforme Marx percebeu e denunciou há mais de 150 anos.

3.7 Reforma Agrária clássica e Reforma Agrária Popular.

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seu Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado em seu 6º Congresso Nacional, que aconteceu em fevereiro de 2014 em Brasília, o capitalismo, em distintos períodos históricos, deu ênfase a diferentes programas de Reforma Agrária. Na transição do feudalismo europeu, até mesmo do modo de produção asiático e das sociedades pré-capitalistas, em geral, para o capitalismo comercial, os camponeses lutaram pelo direito ao acesso à terra, contra as oligarquias rurais e senhores feudais. Essas lu-

tas, restritas às demandas dos próprios camponeses, ainda não se caracterizavam como lutas pela reforma agrária.

Somente a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no século XVIII, a expressão “Reforma Agrária” começou a ser utilizada. Neste período, a Reforma Agrária passou a ser uma política de governo e de Estado para mudar a estrutura da propriedade da terra e da produção agrícola de um país e, conseqüentemente, atender as demandas das nascentes sociedades urbanas industriais. A mudança na estrutura fundiária, a partir dessa perspectiva, atendia os interesses imediatos dos camponeses que lutavam pela posse da terra e contra a espoliação dos grandes proprietários. Mas ia além, era uma exigência para impulsionar os processos de industrialização e para criar e consolidar o mercado interno das sociedades capitalistas.

Ao democratizar a propriedade da terra, desapropriando os senhores das terras e superando os resquícios do feudalismo, o Estado burguês visava transformar os camponeses em produtores de mercadorias para a indústria e de alimentos para a população urbana e, com isso, obter renda para serem compradores e consumidores de origem industrial. Esse tipo de Reforma Agrária, iniciado nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a partir de 1870, estendeu-se pelos países de todo hemisfério norte até a década de 1950, com a guerra da Coréia. Todas elas, nos diferentes países e tempos históricos, serviram de apoio aos processos de desenvolvimento industrial implantado pela burguesia.

Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são as chamadas reformas agrárias clássicas burguesas ou, simplesmente, reformas agrárias burguesas. Em comum, elas têm as seguintes características: eram realizadas pelas burguesias industriais, potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra e buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadorias.

Verifica-se, portanto, que a Revolução Burguesa no Brasil ocorreu entrelaçada com os interesses do capital agrário, mantendo e incentivando o latifúndio, a monocultura voltada para a exportação e as relações de superexploração da força de tra-

balho no campo. Para controlar a lutas dos trabalhos por terra, o Estado desenvolve a política de colonização, que se restringiu a distribuição de pequenos lotes de terra em fronteiras a serem desbravadas. As terras do latifúndio, produtiva ou improduti-va permaneceram intocáveis. O entrelaçamento do capital agrário com o capital industrial faz parecer que a Reforma Agrária é desnecessária. Na contemporaneidade este posicionamento ideo-político ganha força.

A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na primeira década de 2.000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930/80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo, é um modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro, que passa acumular a riqueza produzida no campo.

O neoliberalismo inviabilizou qualquer possibilidade de uma Reforma Agrária de natureza clássica burguesa, até mesmo a realização de assentamentos de forma pontual, tem diminuído drasticamente. É nesse contexto que se produziu um projeto de Reforma Agrária Popular para o Brasil.

O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma Reforma Agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio para um novo patamar de organização das forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de lutas dos trabalhadores. Reforma Agraria Popular significa também o atendimento das populações que moram nas cidades com alimentos saudáveis e não somente o atendimento cooperativo de distribuição de terras para os camponeses.

Fundamentos do Programa de Reforma Agraria Popular

1. TERRA

A terra e todos os bens da natureza, em todo território nacional, devem estar sob o controle social e destinado ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para: democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia, impedir a concentração da propriedade privada da terra, demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais. (PROGRAMA AGRARIO DO MST, 2014).

2. Bens da Natureza: As águas e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada. Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental.

3. Sementes: As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não podem haver sobre elas, propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico. Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, sejam tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo o campesinato possa usá-las.

4. Produção: Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas e promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais

5. Energia: Propõe-se construir formas para que se desenvolva a soberania popular sobre a energia em cada comunidade e em todos municípios brasileiros. Desenvolver de forma cooperativada a produção de energia a nível local, com as mais diferentes fontes de recursos renováveis para atender as necessidades de todo povo brasileiro.

6. Educação e Cultura: O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo. Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e combater permanentemente todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc.

7. Direitos Sociais: Os trabalhadores e trabalhadoras rurais sob regime de assalariamento devem ter os mesmos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas garantidos e equivalentes aos trabalhadores urbanos, e as relações de trabalho devem ser construídas sobre a base da cooperação, gestão social e de combate a alienação. Combater de forma permanente e intransigente o trabalho análogo a escravidão, expropriando todas as fazendas e empresas que fazem uso dessa prática, bem como, todas as formas de violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes.

8. Condições de vida para todos e todas: O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas.

O Programa de Reforma Agrária popular não é um programa socialista, embora os objetivos estratégicos da luta, sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza, etc. Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja, de uma revolução social, condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico. A função da Reforma Agrária Popular é de contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias e, ao mesmo tempo, é dialeticamente dependente dessas transformações.

A reforma agrária popular se contrapõe ao agronegócio em relação à função da propriedade e uso da terra, na relação com a natureza a partir da agroecologia e na relação campo e cidade, através da disponibilidade de alimentos saudáveis e do re-

torno de muitos trabalhadores para o campo, além da construção da aliança política da classe trabalhadora do campo e da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de pesquisa sobre a formação social brasileira, constatou-se que o Brasil nasce latifundiário e que durante mais de cinco séculos, o latifúndio se manteve como condição necessária para o surgimento e desenvolvimento do capitalismo no campo e para o processo de industrialização. Pode-se afirmar que o Latifúndio, a monocultura, a superexploração do trabalho e o Estado são os pilares fundamentais desse modelo de produção. Não é possível compreender o agrogócio nos dias atuais sem essa análise histórica. O arcaico e o moderno nunca foram tão marcantes!

O Latifúndio que tem a sua origem nas capitânicas hereditárias e a sua consolidação com a lei de terras de 1850, foi determinante para construção da aristocracia agrária e também para a emergência da burguesia interna. Uma transição sem rupturas, sem Reforma Agrária, até porque a gênese do capitalismo no Brasil está vinculado ao campo e para se desenvolver, do ponto de vista da classe burguesa, não houve e não há necessidade de transformar a estrutura fundiária na perspectiva da realização da Reforma Agrária. Além do latifúndio, outra característica do desenvolvimento do capitalismo no campo é a monocultura. Prado junior (1970), sintetiza esse processo histórico “*o Brasil é o café*”, nos dias atuais pode-se afirmar o mesmo em relação à monocultura da soja.

A formação da burguesia brasileira se particulariza pela sua origem sem ruptura com a aristocracia agrária, de onde se constituiu uma burguesia intolerante frente a luta da classe trabalhadora, antidemocrática e subserviente aos interesses do capital internacional.

O desenvolvimento do capitalismo no campo Mato-grossense, segue o que tem sido os aspectos centrais da formação social brasileira, seus pilares fundamentais são a grande propriedade privada da terra, a expropriação dos recursos natu-

rais, a superexploração do trabalho, e a ação do Estado para viabilizar a infra estrutura necessária e o apoio creditício para os donos das grandes propriedades. O agronegócio, que significa o aprofundamento das relações capitalista no campo, tem no estado de mato grosso o seu território privilegiado.

O advento do agronegócio trouxe como contradição o aprofundamento da desigualdade social, só para exemplificar, a família Amaggi, segundo a Forbes (2014), é a sétima família mais rica do Brasil com uma fortuna estimada em 4,9 bilhões de dólares. A destruição ambiental sem precedentes, em especial, o uso intensivo de agrotóxicos, baixos salários e a relação do trabalho análogo à escravidão, são partes dessas contradições. O desenvolvimento do capitalismo no campo mato-grossense se particulariza pela voracidade na exploração da força de trabalho, que se intensificou a partir da década de 1970 no contexto da ditadura civil militar e da expansão capitalista da fronteira agrícola.

Outro aspecto que particulariza o desenvolvimento do capitalismo no campo de Mato Grosso são as duas vias de colonização dirigida; pública e a particular. O estudo sobre essas duas vias de colonização se coloca como um desafio necessário para uma interpretação da realidade do campo mato-grossense.

O processo de desenvolvimento capitalista no campo não acontece de forma pacífica, pois os trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, entre outros, tem resistido à ofensiva capitalista através de suas organizações. Porém, além de resistir, a organização tem duas tarefas fundamentais; a construção de um projeto de Reforma Agrária capaz de atrair o apoio da sociedade e apontar para superação das relações capitalistas de produção e, a construção da unidade da classe trabalhadora, em particular, da Via Campesina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Regina et al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- BRUM, Argemiro Junior. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 16ª ed. Ijuí, Editora Unijuí, 1997.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (org). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; SÃO Paulo: Expressão Popular, 2015
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: Política e Mecanismos de Burla: 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas, EDUFMT, 2007.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: 8º ed. Cortez, 2011.
- PAULO Netto, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- Silva, Rosângela, conflitos no campo geram mortes e ameaças de mortese camponeses em Mato grosso, *Relatório dos Direitos Humanos e da Terra: Mato Grosso*, 2015 WERNER, Inácio; SATO, Michele
- Elizabete, Fatima, Flores. *Trabalho Escravo: até quando o Estado Brasileiro vai continuar Combatendo Este Crime? Relatório dos Direitos Humanos e da Terra: Mato Grosso*, 2015, Wener, Inácio,; Sato, Michle
- TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática e sobre a contradição*. 3ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- Cavalcante, Bezerra, Matuzalém. *Mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)*. Unesp, 2008.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*, Questão Agrária no Brasil, Stedille, Pedro, João. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 201
- PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

SILVA, José Graziano da. *Modernização dolorosa*, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982

Delgado, Guilherme. *Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-guerra: Um Estudo da Reflexão Agrária. Questão Agrária no Brasil*, Stedille, Pedro, João. São Paulo; Ed. Expressão Popular, 2013.

Siqueira, Madureira, Elizabeth. *Historia de Mato Grosso da ancestralidade aos dias atuais*, Cuiaba, ed. Entrelinhas, 2002

<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/17330/10584><http://www.brasilnoticia.com.br/in>

<http://www.rednws.com.br>

<http://www.chapadadosquimaraes.com.br/nomemt.htm>

<http://www.imea.com.br>